

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) RENATO OLIVEIRA DA SILVA

SECURITIZAÇÃO DA AMAZÔNIA:

As ações do Estado brasileiro frente às novas e antigas ameaças.

Rio de Janeiro

2019

CC (FN) RENATO OLIVEIRA DA SILVA

SECURITIZAÇÃO DA AMAZÔNIA:

As ações do Estado brasileiro frente às novas e antigas ameaças.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (FN-RM1) Adriano Lauro

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2019

AGRADECIMENTOS

Ao eterno Deus, nosso Pai, todo-poderoso, autor da vida, por ter me guiado com força e determinação durante toda minha caminhada.

À minha esposa, Vívian, e meus filhos, Guilherme e Isabela, pelo amor que me conferiu fôlego para persistir nos momentos mais difíceis, em particular durante as inúmeras horas dedicadas a esta pesquisa.

A minha mãe Iracema e minhas irmãs Rosane e Rosilene, pelo amor, auxílio e dedicação durante o meu período no Colégio Naval e Escola Naval, sem os quais eu não teria chegado até aqui.

Aos amigos, Capitães de Corveta (FN) Silva Costa, Rocha Lima, Nachard e Rômulo, pelas relevantes sugestões e revisão na parte final desta pesquisa.

Aos colegas da turma C-EMOS/2019, pela camaradagem e apoio mútuo que sempre reinaram até aqui desde os bancos escolares de outrora.

Ao meu orientador, Capitão de Mar e Guerra (FN-RM1) Adriano Lauro, pelos valiosos conselhos, pela dedicação, pela paciência e pela precisa orientação no rumo deste trabalho. ADSUMUS.

RESUMO

O fim da Guerra Fria (1947-1991) trouxe uma mudança no conceito de segurança. A visão realista e estadocêntrica deu lugar a uma nova visão, em que o Estado não é o único ator das relações internacionais; e novos temas passaram a ser interpretados como questões de segurança internacional, surgindo novos estudos sobre o tema. Neste contexto surge a Escola de Copenhague, com a teoria de securitização, que ressalta a importância das “novas ameaças” nos estudos sobre segurança. Neste diapasão, a Amazônia diante da quantidade de recursos, muitos deles estratégicos e fundamentais para o desenvolvimento econômico do Brasil e de outros Estados, se torna uma região cobiçada por diversos atores, reforçada na imensidão da região e ausência do Estado brasileiro. Desse modo, devido a essas diversas ameaças, coube ao governo brasileiro, influenciado pelo discurso securitizador do setor militar, tomar algumas providências a fim de contribuir com a garantia da soberania nacional, além de desenvolver a região. Com isso, o receio da “internacionalização”, devido à degradação ambiental, a atuação de organizações não governamentais, a questão indígena e a atuação de crimes transnacionais como o narcotráfico seriam mitigados pela atuação do Estado brasileiro. Tendo em vista todo esse complexo cenário na Amazônia, veremos por fim o papel do discurso securitizador como dispositivo que influenciou a formulação de políticas públicas de desenvolvimento e segurança para a região amazônica, como o Programa Calha Norte e o Projeto SIVAM/SIPAM.

Palavras-chave: Segurança Internacional. Secutirização. Novas Ameaças. Amazônia. Soberania.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Espectro da securitização.....	60
FIGURA 2 – Amazônia Legal.....	61
FIGURA 3 – Amazônia sul-americana.....	62
FIGURA 4 – Reserva Ianomâmi.....	63
FIGURA 5 – Trinta anos do Programa Calha Norte.....	64
FIGURA 6 – Transferência de Unidades Militares para o norte.....	65
FIGURA 7 – Unidades militares na fronteira norte.....	66
FIGURA 8 – Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).....	67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA –	Agência Nacional das Águas
CCSIVAM –	Comissão Coordenadora do Sistema de Vigilância da Amazônia
COPRI –	<i>Copenhagen Peace Research Institute</i>
CPI –	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRS –	Complexo Regional de Segurança
DNPM–	Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)
END –	Estratégia Nacional de Defesa
EP –	Equilíbrio de Poder
EUA –	Estados Unidos da América
FA –	Forças Armadas
FARC –	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FUNAI –	Fundação Nacional do Índio
IBGE –	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPE –	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA –	Instituto de Política Econômica Aplicada
ONGs –	Organizações não Governamentais
ONU –	Organizações das Nações Unidas
OTAN –	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCN –	Projeto Calha Norte
PEF –	Pelotões Especiais de Fronteira
PND –	Política Nacional de Defesa
PNUD –	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
PNUMA –	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

- SG/CSN – Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional
- SI – Sistema Internacional
- SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia
- SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia
- UE – União Europeia
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	ESTUDOS SOBRE SEGURANÇA	12
2.1	O MUNDO PÓS-GUERRA FRIA	12
2.2	SEGURANÇA INTERNACIONAL	13
2.3	PARADIGMAS TRADICIONAIS EM SEGURANÇA INTERNACIONAL	14
2.3.1	Paradigma Nacional Realista	14
2.3.2	Paradigma Liberal	16
2.3.3	Paradigma Crítico	16
2.4	NOVAS ABORDAGENS EM SEGURANÇA INTERNACIONAL	17
2.4.1	O Construtivismo	18
2.4.2	Segurança Humana	18
2.5	A ESCOLA DE COPENHAGUE	19
2.6	SECURITIZAÇÃO	20
2.6.1	SETORES DE SEGURANÇA	21
2.7	COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA (CRS)	23
2.8	CONCLUSÕES PARCIAIS	25
3	A AMAZÔNIA	26
3.1	A AMAZÔNIA LEGAL	26
3.2	O VALOR ESTRATÉGICO DA AMAZÔNIA	28
3.2.1	Biodiversidade	30
3.2.2	Meio ambiente	31
3.2.3	Riqueza Mineral	32
3.2.4	Recursos Hídricos	33
3.3	CONCLUSÕES PARCIAIS	34
4	A SEGURANÇA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA	35
4.1	AMEAÇAS À AMAZÔNIA	36
4.1.1	A cobiça internacional e o meio ambiente	36
4.1.2	Presença das ONGs	39
4.1.3	A questão indígena	40
4.1.4	Crimes transnacionais e narcotráfico	41
4.2	POLÍTICAS DE ESTADO PARA A DEFESA DA AMAZÔNIA	42

4.2.1	O Programa Calha Norte	43
4.2.2	O Projeto SIPAM/SIVAM	45
4.3	CONCLUSÕES PARCIAIS	46
5	CONCLUSÃO	48
	REFERÊNCIAS	54
	ANEXO A – ILUSTRAÇÕES	60

1 INTRODUÇÃO

O fim da Guerra Fria (1947-1991) ficou marcado por uma mudança no Sistema Internacional (SI), o mundo bipolar compartilhado entre os Estados Unidos da América (EUA) e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS) que ascenderam como as duas grandes potências mundiais após o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), dando lugar a um novo SI com apenas uma potência hegemônica, os EUA. Essa mudança também acarretou o alargamento do conceito de segurança. A visão realista, na qual as questões de segurança eram baseadas no “equilíbrio de poder” e o SI é comparado ao reino da anarquia hobbesiana, deu lugar a uma nova visão, em que o Estado não é o único ator das relações internacionais, e novos temas passaram a ser interpretados como questões de segurança internacional. Guerras civis, disputas étnicas, crime organizado transnacional, meio ambiente, entre outros temas, chamados de “novas ameaças”, passaram a fazer parte da agenda de segurança internacional, o que não significou o término das ameaças tradicionais, mas a sua relativização frente a emergências dos atores não estatais no rol de agentes desestabilizadores do sistema.

Nesse contexto em que o realismo foi incapaz de prever o fim da Guerra Fria fortalecendo seus críticos, surge, em 1985, a Escola de Copenhague, que sustenta que as ameaças à segurança se originam não apenas na esfera militar, mas também nas esferas política, econômica, societal e ambiental.

Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde (1998), teóricos da referida escola, defendem que o processo de securitização é o movimento que leva ameaças além das regras preestabelecidas pela política e enquadra um determinado assunto, quer como tipo especial de política, na qual o assunto é considerado politizado, quer como acima da política, quando o assunto é considerado securitizado. Sendo assim, a securitização pode ser vista como uma versão extremada da politização.

Tendo em vista que na América do Sul, inexistem conflitos latentes entre os Estados, as preocupações de segurança são decorrentes da proliferação dos ilícitos transnacionais, principalmente o tráfico de drogas e armas, a lavagem de dinheiro, o crime organizado, a existência de guerrilhas e a violência que se propaga devido à atuação desses delitos.

A Amazônia, também denominada Amazônia legal, uma região de cobiça internacional, detentora de grande parcela dos recursos naturais do planeta, se apresenta como um ponto de vulnerabilidade à soberania brasileira, diante da ausência estatal. Dessa forma, o governo brasileiro tomou algumas medidas a fim de mitigar essas vulnerabilidades, quer seja quanto a inimigos tradicionais externos, quer seja quanto a questões de segurança não tradicionais, como: questões ambientais, problemas relacionados aos povos indígenas, questões relacionadas a organizações não governamentais (ONGs), crimes transnacionais e a guerrilha colombiana. Como o Estado brasileiro tem enfrentado as vulnerabilidades da região diante da atuação de diversos atores, do período da redemocratização aos dias atuais?

Para atingir o propósito, o trabalho se desenvolveu em cinco capítulos. Após esta introdução serão apresentados, no segundo capítulo, estudos sobre a segurança internacional e a sua evolução no período pós-Guerra Fria, com destaque para a teoria de securitização, que será a base teórica deste trabalho, além da teoria de Complexos de Segurança.

No capítulo seguinte será apresentada a Amazônia Legal, sua importância estratégica e suas riquezas em termos de biodiversidade, meio ambiente, riquezas minerais e recursos hídricos, de modo a proporcionar maior ambientação à região.

No quarto capítulo serão apresentadas as vulnerabilidades da Amazônia, as ameaças e as ações tomadas pelo governo brasileiro a fim de mitigar essas ameaças, ou seja, a implantação do Programa Calha Norte e do Projeto SIVAM/SIPAM.

Finalizando, no quinto capítulo serão apresentadas conclusões que nos permitirão

refletir sobre o tema, referenciado na definição da Escola de Copenhague, que o Estado brasileiro está securitizando o tema, visto que as ações tomadas serviram e ainda servem para mitigar os efeitos das ameaças apresentadas.

2 ESTUDOS SOBRE SEGURANÇA

A segurança é um tema clássico nas Relações Internacionais e relevante para a agenda de políticas públicas dos Estados, consequência da qual novos estudos surgiram após o término da Guerra Fria, fazendo surgir novos cenários, novos atores, predominantemente não estatais e transnacionais, além de novos questionamentos.

Ter conhecimento e pesquisar sobre a evolução dos estudos de segurança se faz necessário para a área de relações internacionais, em virtude da qual o paradigma nacional realista, em que os Estados eram os únicos atores legitimamente responsáveis pela guerra, dava lugar a atores de caráter não tradicional.

Nas palavras de Samuel Huntington¹ no começo da década de 1990, no ambiente emergente “...as capacidades militares provavelmente serão menos importantes do que têm sido no passado. Medidas econômicas são centrais...” (HUNTINGTON, 1991).

Este capítulo tratará sobre as diversas mudanças ocorridas no contexto mundial e no conceito de segurança nas últimas décadas, em que os estudos internacionalistas passaram por um amplo debate, fato que trouxe uma oxigenação nos debates de segurança internacional.

2.1 O MUNDO PÓS-GUERRA FRIA

O fim da Guerra Fria e os ataques de 11 de setembro (2001) perpetrados pelo grupo terrorista Al Qaeda² refletiu diretamente sobre a forma como a segurança internacional

¹ Samuel P. Huntington foi um cientista político estadunidense, consultor de várias agências do governo dos EUA, e importante comentarista político em debates nacionais sobre política externa dos EUA. Autor de diversas obras na área de ciência política ele argumentou na polêmica “O Choque de Civilizações e a Remanescência da Ordem Mundial” (1996), de que conflitos entre várias grandes civilizações mundiais estavam substituindo o conflito entre estados ou ideologias como a divisão dominante nas relações internacionais. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Samuel-P-Huntington>> Acesso em: 15 maio 2019.

² A Al-Qaeda é um grupo terrorista. Ficou conhecida mundialmente em 11 de setembro de 2001, onde atacou os edifícios do *World Trade Center*, em Nova York, e o Pentágono (centro militar dos Estados Unidos) na Virgínia, perto de Washington D.C. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/al-Qaeda>> Acesso em: 15 maio 2019.

era tratada. Novas questões, que antes eram deixadas de lado por conta do conflito bipolar, passaram a fazer parte da pauta de preocupações dos Estados. Problemas ambientais, econômicos, sociais e de direitos humanos não mais poderiam ser tratados de forma unilateral, já que seus efeitos ultrapassavam os limites territoriais nacionais, sendo assim, guerras civis, disputas étnicas, terrorismo, crime organizado transnacional, entre outros temas, passaram a ser percebidos como questões de segurança.

Desde a Idade Moderna³ (1453-1789), a guerra era vista como um estado de exceção, restrita ao conflito entre dois ou mais Estados soberanos; desse modo, o conceito de segurança era conduzido pela lógica totalmente realista, portanto subalterno à razão estatal e se dirigindo exclusivamente às questões militares e estatais (PILETTI, 2008).

A ascensão dos Estados Unidos da América e a dissolução do bloco da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas trouxeram a ilusão de que ocorreria uma paz mundial permanente, no entanto a expectativa de um mundo mais estável em termos de segurança não se concretizou, havendo ainda conflitos entre Estados, conflitos étnicos e religiosos, em várias partes do mundo, além da atuação de atores não estatais como organizações internacionais, organizações não governamentais e grupos terroristas. Nesse contexto pós-Guerra Fria e com esse novo cenário formado, surge uma nova agenda de discussões, fazendo-se notar, também, a necessidade de novos paradigmas para analisar esse novo contexto que se compunha.

2.2 SEGURANÇA INTERNACIONAL

A Política Nacional de Defesa (PND), logo em seu início traz o conceito de segurança entendido pelo Estado brasileiro e sua evolução (BRASIL, 2012, p.13):

³ A Idade Moderna é o período que vai de 1453 até 1789. Ela vem depois da Idade Média. Os historiadores consideram como início da Idade Moderna a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos – que marca o final do Império Romano do Oriente, ou Império Bizantino. O fato que indica o fim da Idade Moderna é a Revolução Francesa. É considerada uma época de transição e de profundas transformações que afetaram não apenas a Europa, mas também o resto do mundo. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/idade-moderna.htm>> Acesso em: 20 maio 2019.

“A segurança é tradicionalmente vista somente do ângulo da confrontação entre nações, ou seja, a proteção contra ameaças de outras comunidades políticas ou, mais simplesmente, a defesa externa. À medida que as sociedades se desenvolveram e que se aprofundou a interdependência entre os Estados, novas exigências foram agregadas.

Gradualmente, ampliou-se o conceito de segurança, abrangendo os campos político, militar, econômico, psicossocial, científico-tecnológico, ambiental e outros.

Preservar a segurança requer medidas de largo espectro, envolvendo, além da defesa externa: a defesa civil, a segurança pública e as políticas econômica, social, educacional, científico-tecnológica, ambiental, de saúde, industrial. Enfim, várias ações, muitas das quais não implicam qualquer envolvimento das Forças Armadas.

Cabe considerar que a segurança pode ser enfocada a partir do indivíduo, da sociedade e do Estado, do que resultam definições com diferentes perspectivas.

A segurança, em linhas gerais, é a condição em que o Estado, a sociedade ou os indivíduos se sentem livres de riscos, pressões ou ameaças, inclusive de necessidades extremas. Por sua vez, defesa é a ação efetiva para se obter ou manter o grau de segurança desejado”.

A seguir serão apresentados estudos acerca da segurança internacional, e a Escola de Copenhague, escola de pensamento que trabalha os temas pelo viés da segurança. Serão concentrados estudos no período pós-Guerra Fria, período considerado como um marco para as abordagens de segurança internacional, onde novos acontecimentos e atores são pesados para formular as políticas de segurança, passando de uma dinâmica de conflitos entre Estados, para uma dinâmica conflitiva intraestados.

2.3 PARADIGMAS TRADICIONAIS EM SEGURANÇA INTERNACIONAL

Serão apresentados três paradigmas que sofreram com o pós-Guerra Fria.

2.3.1 Paradigma Nacional Realista

A segurança internacional é um tema de grande preocupação em todos os Estados nos estudos das Relações Internacionais.

Em escritos antigos Tucídides⁴ (460 a.C.- 404 a.C) escritor grego preocupado em analisar a Guerra e suas ramificações, focava a segurança para a sobrevivência política.

⁴ Tucídides é o maior dos antigos historiadores gregos e autor da História da Guerra do Peloponeso, que narra a luta entre Atenas e Esparta no século V a.C. Seu trabalho foi a primeira análise política e moral registrada das políticas de guerra de uma nação. Disponível em: <<https://www.britannica.com/search?query=tucidides>> Acesso em: 21 maio 2019.

Nicolau Maquiavel⁵ (1469-1527) também prestou importante colaboração ao mostrar a relevância do Estado como ator central. Thomas Hobbes⁶ (1588-1679) mostrou a natureza humana e sua característica conflitiva (NYE, 2002).

A visão mais tradicional sobre segurança provém dos realistas, onde o Estado é o ator central, a anarquia é condição perene, e existe um equilíbrio de poder (PECEQUILO, 2012).

Uma premissa importante que os estudos realistas fornecem para a análise é a noção de poder que segundo Hans Morgenthau (1904-1980) em sua obra “*A Política entre as Nações: A luta pela guerra e a paz*”, é definida em seis pontos para diferenciar o realismo das outras correntes, dentre eles estão a racionalidade dos Estados, na qual um Estado pode abandonar seus princípios morais para garantir seus objetivos, que esses princípios não são gerais e sim objetivos e que a esfera política tem prioridade sobre as outras.

O Equilíbrio de Poder (EP) é a configuração resultante da aspiração pelo poder por parte de nações, em que cada uma tenta manter ou alterar o *status quo* (MORGENTHAU, 2003). Pecequilo (2012) enfatiza que o EP é um dos principais pilares da teoria realista clássica das Relações Internacionais do século XX, e é por meio dele que se define uma hierarquia entre os Estados, que são soberanos e zelam por seus interesses. Não há autoridade acima dos Estados, a ordem internacional surge a partir da competição e do choque entre eles, quando mutuamente se anulam ao buscarem os interesses nacionais e que com o surgimento da arma nuclear, os equilíbrios se tornaram mais sensíveis. Assim, os Estados tenderão a usar a força militar para garantir seus objetivos na política internacional.

⁵ Nicolau Maquiavel foi um filósofo e estadista político do Renascimento italiano, secretário da república florentina, cujo trabalho mais famoso, O Príncipe, o levou a uma reputação de ateu e cínico imoral. É reconhecido como fundador do pensamento e da ciência política moderna. Disponível em: <<https://www.britannica.com/search?query=Maquiavel>> Acesso em: 21 maio 2019.

⁶ Thomas Hobbes foi um filósofo, cientista e historiador inglês, mais conhecido por sua filosofia política, especialmente em sua obra-prima Leviatã. Hobbes via o governo principalmente como um dispositivo para garantir a segurança coletiva. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Thomas-Hobbes>> Acesso em: 21 maio 2019.

2.3.2 Paradigma Liberal

O Paradigma Liberal representa um contraponto à teoria realista, no qual é defendida a ampliação do conceito de segurança, extrapolando a barreira estatal.

As premissas idealistas defendiam “prevenir as guerras pela constituição de uma paz fundamentada no direito”, trazendo então grande influência da sociedade contratualista de Hugo Grotius⁷ (1583-1645) (DAVID, 2000).

Um grande ícone da escola idealista foi o presidente norte-americano Woodrow Wilson⁸ (1856-1924), que lançou após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) as bases para uma organização internacional com o propósito de regular as relações entre Estados, não acreditava em uma anarquia internacional, e sim, que as relações conflituosas entre os Estados poderiam ser resolvidas pela via do direito e principalmente pela criação de uma organização mundial que regulasse essas relações (NYE, 2002).

Para os teóricos liberais, a anarquia pode ser um espaço de cooperação e não necessariamente o caos hobbesiano.

2.3.3 Paradigma Crítico

Estudos Críticos de Segurança colocam o Estado como o grande responsável pela insegurança. São estudos que se baseiam nas teorias marxistas que buscavam explicar os problemas do sistema internacional por meio do subdesenvolvimento e da dependência. O marxismo declarava que a origem dos conflitos eram em virtude da natureza capitalista que colocava as classes (burguesia e proletariado) em antagonismo. Esse cenário interno passava

⁷ Hugo Grotius foi um jurista holandês, considerado fundador do direito internacional, exerceu notável influência sobre o pensamento racionalista e iluminista do século XVII. Disponível em: <<https://www.britannica.com/search?query=hugo+grotius>> Acesso em: 21 maio 2019.

⁸ Woodrow Wilson foi o 28º presidente os Estados Unidos (1913-1921), um estudioso e estadista americano mais lembrado por suas realizações legislativas e seu idealismo de alto nível. Wilson liderou seu país na Primeira Guerra Mundial e tornou-se o criador e principal defensor da Liga das Nações, pelo qual recebeu o Prêmio Nobel da Paz de 1919. Durante seu segundo mandato, a décima nona emenda da constituição dos EUA, que deu às mulheres o direito de votar, foi aprovada e ratificada. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Woodrow-Wilson>> Acesso em: 21 maio 2019.

para fora das fronteiras causando conflitos, o que fez Marx⁹ (1818-1883) pensar em uma classe internacional, firmada em uma identidade comum, formada pelo proletariado com vistas a não permitir mais a sua exploração pela burguesia (JACKSON; SORENSEN, 2007).

Marx acreditava que o Estado burguês deveria desaparecer, pois assim as relações internacionais seriam apenas relações entre comunidades livres unidas pelo sentimento solidário de pertencer ao gênero humano (JACKSON; SORENSEN, 2007).

A teoria pregava a emancipação do indivíduo das amarras do Estado, que devem ser a última referência para quem a segurança deve ser direcionada. Essa ideia de emancipação é o ponto fundamental dos Estudos Críticos de Segurança, já que o Estado está envolvido em muitos conflitos (BUZAN; HANSEN, 2012).

2.4 NOVAS ABORDAGENS EM SEGURANÇA INTERNACIONAL

Até a Guerra Fria, o que prevaleceu foi a teoria realista, os conflitos estariam diretamente relacionados a causas militares e políticas.

Durante o período bipolar, o conceito de segurança começou a se expandir e diversas discussões se faziam presentes entre lideranças políticas e acadêmicas, então no início dos anos 1980, o debate internacional introduziu questões econômicas e ambientais. (TANNO, 2003).

A queda da União Soviética e o desfecho da Guerra Fria deixou os teóricos tradicionais em um impasse para explicar a nova configuração mundial, já que o modelo realista não conseguiu prever o fim da Guerra Fria (TANNO, 2003).

O aparecimento, após o fim da Guerra Fria, de novas temáticas de segurança de caráter não necessariamente estatal ou militar como o meio ambiente, a população e os recursos naturais, entre outros temas, que gerou a elaboração de

⁹ Karl Marx foi um filósofo e revolucionário socialista alemão. Criou as bases da doutrina comunista, onde criticou o capitalismo. Sua filosofia exerceu influência em várias áreas do conhecimento, tais como Sociologia, Política, Direito e Economia. Disponível em: <<https://www.britannica.com/search?query=KARL+MAX>> Acesso em: 21 maio 2019.

“segurança humana” (PILETTI, 2008).

Serão apresentados estudos sobre o Construtivismo, sobre a vertente da Segurança Humana com foco no desenvolvimento humano e nas novas variáveis e, por fim, a Escola de Copenhague com seus conceitos de Securitização e Complexo Regionais de Segurança.

2.4.1 O Construtivismo

O Construtivismo coloca-se como uma alternativa às tradicionais abordagens sobre segurança, está focado na construção social da política internacional. A principal questão reside na incógnita: De que maneira as identidades e os interesses dos Estados e das estruturas são construídas e se modificam? Dentro das perspectivas tradicionais, os Estados, assim como as pessoas, teriam uma natureza pré-social, ou seja, a vida em sociedade não modifica as pessoas e os Estados (DAVID, 2000).

Para os construtivistas, nem objetos, nem conceitos possuem significado necessário, fixo ou objetivo, pelo contrário, seus significados são construídos por meio das interações sociais. Indivíduos inseridos em coletividades forjam, moldam e mudam a cultura por meio de ideias e práticas, o Estado e os interesses nacionais são frutos das identidades sociais desses atores (MINGST, 2014).

2.4.2 Segurança Humana

Em 1994, o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) lança em seu relatório anual, o conceito de segurança humana. O relatório recomenda uma transição conceitual profunda da “segurança nuclear”, ou seja, militar, para a segurança humana. Segundo o PNUD, para a maioria das pessoas, a insegurança é muito mais preocupante à vida cotidiana do que a possibilidade de um evento cataclísmico. O relatório afirmava que seriam exploradas as novas fronteiras da segurança humana da vida cotidiana das pessoas, pois era

necessário descobrir prematuramente os sinais de alerta de uma possível crise, para que dessa maneira se possa colocar em prática, ações de diplomacia preventiva (PNUD, 1994).

O então Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, após a intervenção da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) contra a Sérvia em 1999, disse: “o ser humano está no centro de tudo”. O Estado não é mais o foco, essa posição é ocupada pela pessoa, e o Estado precisa acima de tudo, protegê-la, já não é mais aceitável que os direitos dos indivíduos sejam trapaceados sob o pretexto de soberania (DAVID, 2000).

Segundo o PNUD, a Segurança Humana possui dois aspectos principais: manter as pessoas a salvo de ameaças crônicas como a fome, as doenças e a repressão; e protegê-las de mudanças súbitas e nocivas nos padrões da vida cotidiana, por exemplo, das guerras, dos genocídios e das limpezas étnicas.

A própria Carta das ONU¹⁰, e diversos documentos posteriores, menciona a soberania nacional como princípio norteador do sistema internacional, bem como a defesa universal dos direitos humanos, a despeito das fronteiras. Ou seja, desde a sua origem, as Nações Unidas reconhecem duas linhas de valores “absolutos” que o sistema internacional deve proteger: a soberania nacional e os direitos humanos individuais.

O PNUD identifica as seguintes dimensões da segurança humana: segurança econômica, segurança alimentar, segurança sanitária, segurança ambiental, segurança pessoal, segurança comunitária e segurança política.

2.5 A ESCOLA DE COPENHAGUE

Criada em 1985 com a finalidade de promover estudos para a paz, com o nome

¹⁰ A Carta da ONU é o tratado que estabeleceu as Nações Unidas. Foi elaborada pelos representantes de 50 países presentes à Conferência sobre Organização Internacional, que se reuniu em São Francisco de 25 de abril a 26 de junho de 1945. É o documento mais importante da Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/carta/>> Acesso em: 12 jun. 2019.

oficial de: *Copenhagen Peace Research Institute (COPRI)*, constitui nos dias de hoje referência na construção de estudos de segurança internacional, associado principalmente aos estudos de Berry Buzan e Ole Waever, além do aperfeiçoamento em trabalhos posteriores amplamente reconhecidos nas academias e descritos com importância nas relações de interdependência que ocorrem em um momento de análise que vai de circunstâncias globais a locais (TANNO, 2003).

A Escola de Copenhague representa uma posição intermediária entre o estadocentrismo tradicional e as ampliações em favor da segurança individual. Outra característica da Escola é sua ênfase na segurança societal, definida como “a capacidade de uma sociedade persistir com seu caráter essencial sob condições cambiantes e ameaças possíveis ou reais” (BUZAN; HANSEN, 2012).

2.6 SECURITIZAÇÃO

Tal teoria foi desenvolvida após o término da Guerra Fria pela Escola de Copenhague dentro de um contexto de segurança internacional, onde se vislumbrou o alargamento do campo de abordagem, por meio de setores, definidos na análise de segurança por Buzan, Waever e Wilde.

Segundo Michael Williams apud Zinker (ZINKER, 2016, p.155)¹¹,

“...o conceito de securitização no contexto mais geral consiste simplesmente em um “alargamento” da compreensão de segurança de modo a incluir ameaças que estão fora da estreita rubrica da segurança estatal e militar, e confrontar a demanda de que esta agenda também precisa ser “aprofundada”, incluindo as questões de segurança a partir de atores que abarcam indivíduos e grupos subestatais (muitas vezes, hoje em dia, formuladas sob a rubrica de “segurança humana”) e temas globais, como o meio ambiente, que muitas vezes é marginalizado dentro da concepção militar tradicional centrada no Estado.”

Nesse sentido, Waever (1995) argumenta que para definir um problema de segurança um tema deve impor mudanças nas políticas domésticas “alterando premissas para quaisquer outras questões”. Este tema se torna prioridade frente a outras questões por

¹¹ Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3738>> Acesso em: 20 jun. 2019.

ameaçar a sobrevivência do objeto de referência em questão.

Sendo assim, pode-se considerar que a securitização incorre em um processo a ser observado e seguido para a elevação da prioridade deste tema a uma questão de segurança. Dessa forma, qualquer assunto pode ser “não politizado”, “politizado” e “securitizado” (FIG. 1, ANEXO A). Em resumo, no primeiro estágio, o Estado não lida com o assunto e o mesmo não é alvo de debate público. No segundo estágio, o assunto é parte da agenda de políticas públicas do governo. No último estágio, o assunto torna-se questão de segurança por meio de um processo de securitização, do qual o objeto pode ser uma ameaça ou alvo de uma ameaça (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

A securitização é um ato de fala (*speech act*), pois a própria enunciação é uma ação: quando um agente utiliza o termo segurança para dar um caráter de emergência para uma questão política, essa questão passa desta esfera para a esfera de segurança, portanto, para proteger o objeto referente (aquilo que é percebido como objeto de uma ameaça existencial, por exemplo, a democracia, a integridade territorial, o meio ambiente) passa a ser legítimo o uso de medidas extraordinárias de exceção para conter a potencial ameaça (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

Em síntese, securitização é o movimento que leva a política para além das regras estabelecidas para o jogo e enquadra a questão, quer como um tipo especial de política ou como acima da política. Ela pode ser vista como uma versão mais extrema da politização (WAEVER, 1995).

2.6.1 SETORES DE SEGURANÇA

Considerando que qualquer tema poderia ser tratado dentro de uma abordagem de segurança, essa nova visão, levou a ser considerados setores em que esses temas se enquadram, estando divididos em cinco setores: militar, político, econômico, social e ambiental.

No setor militar, os acadêmicos ligados às tradições realistas defendem que ameaças militares constituem o único objeto de estudo de segurança, no entanto a adoção de uma perspectiva abrangente adotada pela Escola de Copenhague não impediu que fosse dada grande relevância a essas questões. A Escola defende, no entanto, que se dê o nome de Estudos Estratégicos àqueles dedicados exclusivamente ao setor militar e Estudos de Segurança Internacional àqueles que utilizam abordagem abrangente (BUZAN, 1991).

No setor político, a Escola de Copenhague define que ameaças políticas têm por objetivo destruir ou abalar a estabilidade organizacional do Estado. Para tanto, podem atingir um ou mais dos seus três componentes: as ideias de Estado, a sua base física e suas instituições (BUZAN, 1991). Geralmente as ameaças políticas dirigem-se à soberania do Estado e podem tomar a forma de pressões para adoção de determinadas políticas, pedidos de substituição do governo e incentivos à secessão.

No setor econômico, seriam ameaças aquelas dirigidas aos setores econômicos que garantem a sobrevivência física do Estado (provisão de materiais estratégicos e indústrias de base) fundamentais no esforço de guerra (TANNO, 2003).

O setor societal foi introduzido no livro *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe* (WAEVER, 1993). Afirma-se que a definição das ameaças a esse setor varia como entendimento de sociedade. Existe uma distinção entre Estado e sociedade que permite que esta possa reproduzir-se de forma autônoma. Na obra *Security: a New Framework for Analysis*, o grupo analisou as principais ameaças desse tipo existentes e concluiu que há uma tendência de que os processos de globalização acentuem os problemas relativos à migração e intolerância religiosa, tornando imprescindíveis as pesquisas centradas no setor societal (TANNO, 2003).

O setor ambiental faz referência entre as relações das atividades humanas e o meio ambiente. Sendo assim, a Escola de Copenhague acrescentou esse setor dadas as

mudanças climáticas que surgiram no século XX observado o aumento das práticas industriais que afetaram imensamente a condição de vida do planeta. Dessa forma, como os demais setores, este setor possui algumas características específicas, sendo uma delas é que há um alto nível de politização das questões a serem tratadas e um baixo nível de securitização deles mesmos (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

2.7 COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA (CRS)

Outro conceito que deve ser considerado na Escola de Copenhague é o de Complexos Regionais de Segurança, visto que a Escola partiu do pressuposto que após a Guerra Fria, as Relações Internacionais no mundo teriam uma característica mais regionalizada. Um CRS se caracteriza como um “conjunto de unidades cujos principais processos de securitização e dessecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira separada.” (TANNO, 2003).

Em *People, States and Fear*, Barry Buzan (1983) desenvolveu conceitos que permitiram a criação de uma literatura dedicada ao estudo comparativo de dinâmicas regionais de segurança.

A ideia central desse pressuposto é que o fim da bipolaridade removeu a principal força organizadora no nível global. Os demais poderes soberanos já não seriam motivados por rivalidades ideológicas, e todos eles mostrariam sinais visíveis de querer evitar compromissos políticos mais amplos, a menos que seus próprios interesses fossem imediatamente e fortemente afetados. Tal situação criava uma liderança fraca no nível global e, conseqüentemente, leva à ideia de que mais do que antes, as regiões seriam deixadas para resolver seus próprios assuntos (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

A teoria dos Complexos Regionais de Segurança fornece um quadro conceitual

que capta a nova estrutura de segurança internacional, que no período da bipolaridade da Guerra Fria era composta pelo modelo 2 Superpotências + 3 Grandes Potências foi sucedida pelo modelo 1 Superpotência + 4 Grandes Potências + Regiões, ou seja, Estados Unidos + China/Rússia/União Europeia (UE)/Japão + Ásia/Américas/Meio Oriente e África/Europa exceto UE (BUZAN, 2003). Nessa estrutura não apenas a superpotência e as grandes potências desempenham papel importante, mas as regiões também, no entanto a disparidade de capacidade entre os EUA e o outro grupo de quatro países não permite que se defina o mundo como multipolar (BUZAN; WAEVER, 2003).

A divisão dos países em três grupos – superpotência, grande potência e potência regional –, ajudaria a explicar a bipolaridade internacional. As superpotências estariam caracterizadas por possuírem amplo espectro de capacidades em todo o sistema internacional, principalmente militares, políticas e econômicas. Essas superpotências não somente devem se perceber como tal, mas também devem ser aceitas pelo sistema e devem ser capazes de interferir nos processos de securitização e dessecutirização¹² de todas (ou quase todas) as regiões do sistema (BUZAN; WAEVER, 2003)

As grandes potências não precisam possuir grandes capacidades em todos os setores e nem terem a capacidade de atuar em todas as regiões. Devem, sim, ser percebidas pelos outros atores do sistema como possíveis futuras candidatas a superpotências, ou como superpotências em declínio (BUZAN; WAEVER, 2003).

Finalmente, as potências regionais são aquelas percebidas como definidoras das polaridades de cada Complexo Regional de Segurança.

Buzan (1991) afirma que ao se definir o CRS o principal elemento que deve ser levado em consideração são as relações de amizade entre Estados. Para isso, tem-se para a

¹² A dessecutirização acontece à medida que o diálogo e a coordenação política (ou a politização) transformam um objeto outrora ameaçador em algo regular, que pode ser gerenciado no âmbito da política do dia a dia. Disponível em: <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Artigo%2011%20da%20Revista%20Contexto%20Internacional%2037%20nº%202.pdf>> Acesso em: 25 jul. 2019

primeira relação, as expectativas de apoio e proteção, e, para a segunda, a desconfiança e o medo.

2.8 CONCLUSÕES PARCIAIS

Neste capítulo, foram expostos estudos sobre a segurança internacional e a sua evolução no período pós-Guerra Fria, em que ocorreu uma mudança no SI, elevando os EUA à única potência hegemônica. Essa mudança fez alargar os conceitos de segurança, outrora baseado na visão realista surgindo novos temas e novos atores, chamados de “novas ameaças”, além da apresentação do Paradigma Liberal e Paradigma Crítico.

Em seguida foram apresentadas novas abordagens em segurança, como o Construtivismo, Segurança Humana e posteriormente a Escola de Copenhague com as teorias de securitização e a teoria de Complexos de Segurança, na qual a primeira teoria citada será a base de estudo deste trabalho.

Os autores da Escola de Copenhague também salientam os cinco setores nos quais os novos temas se enquadram: militar, político, econômico, social e ambiental, e que o processo de securitização se dá com o movimento de uma determinada questão para além das regras estabelecidas pelo jogo político e a sua apresentação como uma ameaça que exige medidas emergenciais. Dessa forma conclui-se ser legítimo o uso de medidas extraordinárias de exceção para conter potenciais ameaças.

No próximo capítulo serão apresentados alguns aspectos sobre a Amazônia, de modo a proporcionar uma ambientação à região e os motivos de ser cobiçada por diversos atores.

3 A AMAZÔNIA

A Amazônia é uma das regiões mais importantes no mundo; devido a isto, sempre foi a cobiça de diversos povos, seja pela sua vasta região florestal, seja pelas suas riquezas, repleta de recursos minerais e por sua rica biodiversidade¹³.

O General Meira Matos (1980) comenta que desde o período colonial a Amazônia é alvo de disputas.

Segundo Becker (2005) existem três grandes eldorados¹⁴ naturais no mundo contemporâneo: o primeiro seria a Antártida, que é um espaço dividido entre as grandes potências; o segundo seriam os fundos marinhos, riquíssimos em minerais e vegetais, que são espaços não regulamentados juridicamente; e o terceiro seria a Amazônia, região que está sob a soberania de estados nacionais, entre eles o Brasil, sendo este detentor de maior parte desta rica região.

Neste capítulo serão apresentados alguns aspectos que proporcionarão uma maior ambientação à região amazônica, como o conceito de Amazônia Legal e seu valor estratégico, de modo a permitir o entendimento de como esta imensa região dotada de vasta riqueza é relevante para o Brasil, tanto no aspecto de preservação da sua soberania, quanto no aspecto de seu desenvolvimento.

3.1 A AMAZÔNIA LEGAL

A Amazônia Legal (FIG. 2, ANEXO A) constitui uma área de relevante importância geopolítica e estratégica, nos âmbitos local e global. O conceito de Amazônia Legal foi instituído pela Lei nº 1806, de 06 de janeiro de 1953 e posteriormente modificados pela Lei nº 5.173, de 27/10/1966, Lei Complementar nº 31, de 11/10/1977, e pela Constituição Federal de 1988 e hoje ela é composta pelos Estados do Acre, Amapá,

¹³ Conjunto de todas as espécies de seres vivos existentes em determinada região. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/biodiversidade>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

¹⁴ Lugar de riquezas e oportunidades. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com>> Acesso em: 12 jul. 2019.

Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão, a oeste do meridiano de 44°. Sua área de 5.020.000 km², corresponde a 61% do Território Nacional (BRASIL, 1953; BRASIL, 1966a; BRASIL, 1977; FIGUEIREDO, 2016).

A Amazônia sul-americana (FIG. 3, ANEXO A) representa 1/20 da superfície terrestre e 2/5 do continente sul-americano. Possui, em sua bacia hidrográfica, 1/5 da água doce total no mundo e, em sua superfície, a terça parte das florestas latifoliadas do planeta (BECKER, 2004).

O Brasil foi privilegiado, pois, cerca de 66% da Amazônia fica em território brasileiro, sendo esta área, nove vezes maior que a França, 14 vezes o território da Alemanha, correspondendo à somatória da área de 32 países da Europa Ocidental. Somente a reserva Yanomâmi (FIG. 4, ANEXO A) é três vezes o tamanho da Holanda; e a ilha de Marajó, que fica na embocadura do rio Amazonas, é maior que alguns países como a Suíça ou a Bélgica (LOURENÇÃO, 2003).

A área da Amazônia Legal Brasileira faz fronteira com a Bolívia, o Peru, a Colômbia, a Venezuela, a Guiana, o Suriname e a colônia Guiana Francesa, e a leste, com o Oceano Atlântico, e nela residem 56% da população indígena brasileira (VESENTINI, 2001).

Em que pese sua grande extensão territorial, o efetivo demográfico da região é de 21.056.532 habitantes, ou seja, 12,4% da população nacional, o que lhe confere a menor densidade demográfica do País – 4,14hab/km² (VIDIGAL, 2002).

A atuação do Governo Brasileiro durante os anos foi de suma importância para a ocupação da região, pois, dados estatísticos apontam um crescimento populacional explosivo no território amazônico entre as décadas de 1960 e 1990, onde entre 1970 e 1980, o aumento foi de 40% da população. De acordo com o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE)¹⁵ de 1960, a população total dos estados e territórios da Amazônia da época era de 2,5 milhões de habitantes. Em 1991, a Amazônia Legal passou para 12,5 milhões de habitantes. Segundo cálculos do IBGE, em 1999 a população da Amazônia já estava em torno de 19 milhões de habitantes (o que corresponde a, aproximadamente, 12% do total da população do Brasil) (LOURENÇÃO, 2003).

Sendo assim, a imensa extensão territorial somada à baixa densidade demográfica constitui-se em dificuldades na manutenção da presença do Estado para fomentar o desenvolvimento e manter a soberania¹⁶ (SOUZA, 2007).

O Governo Federal instituiu a Amazônia Legal em função de um conceito político e não geográfico, que de acordo com o Instituto de Política Econômica e Aplicada (IPEA)¹⁷, tal conceito decorre da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico e promover a integração nacional da região norte do Brasil.

3.2 O VALOR ESTRATÉGICO DA AMAZÔNIA

A importância estratégica e geopolítica da Amazônia é estabelecida, inicialmente, em relação direta com seus 11 mil km de fronteiras terrestres e 1,6 mil km de fronteira marítima, além da boa navegabilidade de sua bacia fluvial, conectada ao oceano Atlântico, o que permite que a Amazônia se articule comercialmente com os Estados Unidos da América e União Europeia (LOURENÇÃO, 2003).

¹⁵ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) se constitui no principal provedor de dados e informações do País, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal. É uma entidade da administração pública federal, vinculada ao Ministério da Economia. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html>> Acesso em: 10 jul. 2019.

¹⁶ A soberania significa, portanto, um poder político supremo e independente, entendendo-se por poder supremo aquele que não está limitado por nenhum outro na ordem interna; e por poder independente aquele que na sociedade internacional não tem de acatar regras que não sejam voluntariamente aceitas e está em pé de igualdade com os poderes supremos dos outros povos (CAETANO, 1972. p. 132).

¹⁷ O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros. Os trabalhos do Ipea são disponibilizados para a sociedade por meio de inúmeras e regulares publicações eletrônicas e impressas, bem como em eventos. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1226&Itemid=68> Acesso em: 12 jul. 2019.

Segundo Becker (2004), a Amazônia Legal possui uma importância com duplo valor patrimonial: o primeiro, pela sua extensão territorial e o segundo, pelo seu imenso capital natural, ou seja, ela é relevante pelo seu tamanho e também por suas riquezas naturais.

Becker (2005) classificou a Amazônia como o *Heartland*¹⁸ Ecológico do Planeta, fazendo uma analogia ao britânico Mackinder¹⁹ (1861-1947). Afirmar também que existe uma relação global entre a distribuição geográfica dos estoques de riquezas naturais e de tecnologia e recursos, pois enquanto as tecnologias avançadas são desenvolvidas nos centros de poder, as reservas naturais estão localizadas nos países periféricos, ou em áreas não regulamentadas juridicamente, sendo esta a base da disputa.

Becker (2009) reafirma seu conceito de *Heartland* Ecológico, baseado na valorização sofrida pela Amazônia no século XX, devido a sua importância para a sobrevivência humana em virtude dos recursos existentes na região e de seu posicionamento no continente.

Dentre as várias questões de nível estratégico, atualmente em evidência no mundo contemporâneo, a Amazônia ocupa uma posição de grande destaque e de preocupação de defesa para o governo brasileiro, em virtude dos interesses que a região desperta na comunidade internacional, representada por diversos Estados, organismos internacionais ou

¹⁸ O conceito de *Heartland* foi elaborado por Halford Mackinder há cem anos para designar a massa continental eurásiana como fundamento do poder do Estado imperial. Como bem salientado por Mackinder, o avanço tecnológico é inerente ao conceito de *Heartland*. Foi o desenvolvimento da navegação a vapor e da ferrovia que, alterando profundamente as relações sociais, atribuiu valor estratégico à maior massa terrestre do planeta, a Ilha Mundial, constituída de áreas costeiras do coração interior. Dotado da vantagem de ampla circulação interna pela ferrovia que lhe permitia chegar às margens da Ilha Mundial e ao mar, o *heartland* era, ao mesmo tempo, uma fortaleza natural cercada pelas cadeias montanhosas e mares gelados que a tornavam inacessível ao poder marítimo. Da sua célebre afirmativa: quem dominar o leste da Europa dominará o *heartland*, quem dominar o *heartland* dominará a Ilha Mundial, e quem dominar a Ilha Mundial, dominará o mundo. Disponível em: <http://publications.iai.spk-berlin.de/servlets/MCRFileNodeServlet/Document_derivate_00001611/BIA_080_197_207.pdf> Acesso em: 13 jul. 2019.

¹⁹ Halford John Mackinder (1861-1947) foi um dos mais influentes atores da vida acadêmica e política inglesa do final do século XIX e início do século XX, sendo capaz de aglutinar os anseios de uma mudança na ciência geográfica do Império Inglês. Nesse cenário, a interação entre a *Royal Geographical Society* e as universidades de Oxford e Cambridge permitiram a Mackinder pensar uma geografia capaz de criar estratégias para a criação de uma consciência nacional-territorial e cultural sobre a importância do território e do império inglês. Para ele, o ensino de geografia era vital para o futuro próspero britânico, assegurando a formação de mentes imperiais. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/pibic/article/view/243>> Acesso em: 13 jul. 2019.

organizações não governamentais (ONGs) (XERÉM, 2008). Tais fatores não se restringem aos econômicos, incluem também os ambientais e humanitários, e são essenciais para o entendimento da cobiça por essa região.

Para permitir um melhor entendimento das informações atinentes aos recursos naturais existentes na Amazônia Legal, estes serão separados em quatro itens, a saber: biodiversidade, meio ambiente, riquezas minerais e recursos hídricos.

3.2.1 Biodiversidade

A biodiversidade é uma fonte de conflitos de interesses, pois, de um lado estão os países ricos, consumidores de biodiversidade, seja para consumo interno dos produtos dela derivados, seja para usar os recursos genéticos que geram o desenvolvimento tecnológico, se empenhando no sentido de preservar a diversidade. Do outro lado estão os países produtores de biodiversidade, em geral países pobres, cujo interesse é aprimorar as condições de vida de sua população, utilizando economicamente seu patrimônio biológico e diminuindo os custos de sua conservação (DIAS, 2002).

No caso da Amazônia, a riqueza das florestas tropicais está na massa vegetal, não no solo, o suprimento vital de alimento da floresta está armazenado em sua própria folhagem; as folhas das árvores caem e se decompõem rapidamente para que seus nutrientes possam ser reaproveitados no menor tempo possível pelos vegetais ao redor (LOURENÇÃO, 2003).

Sérgio Braga, secretário de política para o desenvolvimento sustentável do Ministério do Meio Ambiente em 2001, analisou dados apresentados pela ONG, *Conservation International*. Ele aponta que, entre os países líderes mundiais em biodiversidade, intitulados países *megadiversos*, o Brasil é o mais rico, com 22% do total de espécies do planeta, estando em primeiro lugar no *ranking* de plantas, peixes de água doce e mamíferos (BRAGA, 2002).

Segundo Dias (2002), em relação à biodiversidade total do planeta, estima-se que haja 13 milhões de espécies, e a sua maior parte ainda não foi descoberta, imagina-se que serão encontradas nos trópicos, em especial a região tropical sul-americana, dos quais a metade avalia-se que esteja em território brasileiro, ou seja, existem cerca de 3 milhões de espécies a serem descobertas somente no Brasil.

Atualmente, a biodiversidade se constituiu no fator mais destacado da importância ambiental. Na Amazônia internacional vivem e se reproduzem, aproximadamente, um terço das espécies existentes no planeta, quer dizer, mais de 30% de todas as sequências de DNA que a natureza combinou em nosso planeta encontra-se nesta região, ou seja, um estoque genético, fonte natural de produtos farmacêuticos, bioquímicos e agronômicos (LOURENÇÃO, 2003).

3.2.2 Meio ambiente

A humanidade despertou para a urgência da necessidade de preservação ambiental e essa necessidade tem impactado diretamente o Brasil. A ciência reafirma a importância da Amazônia para o planeta, apesar de a imagem de “pulmão do mundo”²⁰ ter sido desmistificada, contudo é vital a contribuição que a região empresta para o equilíbrio climático mundial. Em relação à importância ambiental da Amazônia, deve-se citar o seu papel no controle do chamado efeito estufa²¹, em que as florestas exercem a função de filtro, retirando da atmosfera, em média, cerca de 9 quilos de carbono por dia (LOURENÇÃO, 2003).

Segundo dados da Comissão Coordenadora do SIVAM (CCSIVAM) as reservas de madeiras de lei da Amazônia acumulam recursos na ordem de US\$ 1,7 trilhão (LOURENÇÃO, 2003). Porém, no ano de 2008, Ignacy Sachs (2008) afirma que o valor

²⁰ Ideia divulgada nos anos 1970, de que a Amazônia seria a maior responsável pela emissão de oxigênio do planeta, depois comprovada cientificamente não ser verdadeira (LOURENÇÃO, 2003).

²¹ É o aprisionamento de energia radiante que aumenta a temperatura global (LOURENÇÃO, 2003).

estimado em recursos acumulados estava em torno US\$ 8,6 trilhões. Esse irresistível potencial econômico é uma das maiores causas do desmatamento, principal fator de pressão internacional sobre o Brasil.

Recentemente durante a reunião de cúpula do G20 em Osaka, no Japão, o presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, respondeu às críticas da chanceler alemã Angela Merkel e do presidente da França Emanuel Makron²² :

“Conversei com ela, foi uma conversa tranquila. Em alguns momentos, ela arregalava os olhos, de maneira bastante cordial. Mostramos que o Brasil mudou o governo, e é um País que vai ser respeitado. Falei para ela também da questão da psicose ambientalista que existe para conosco”.

“Nós temos exemplo para dar para a Alemanha sobre meio ambiente, a indústria deles continua sendo fóssil, em grande parte de carvão, e a nossa não. Então eles têm a aprender muito conosco”.

“Eu convidei [Macron] para conhecer a região amazônica. Falei para ele [de fazermos] uma viagem de Boa Vista a Manaus. É pouco mais de duas horas. A gente poderia até voar a uma altura mais baixa, demoraria mais tempo, em um avião da Força Aérea, para ele ver que não existe o desmatamento tão propalado”.

3.2.3 Riqueza Mineral

A Amazônia Legal “apresenta uma fantástica riqueza mineral” (BECKER, 1990).

Segundo Maria Amélia Silva (2004), o potencial mineral da Amazônia ainda é desconhecido.

Segundo dados fornecidos pela CCSIVAM, as jazidas minerais de metais nobres de vários tipos, como: bauxita, cassiterita, ferro, nióbio, ouro e urânio, acumulam recursos da ordem de US\$ 1,6 trilhão. Além destes, já foram detectadas as presenças de titânio, estanho, cobre, caulim, manganês, níquel e diamante, dentre outros (LOURENÇÃO, 2003).

O relatório realizado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), chamado de Anuário Mineral Brasileiro²³, mostra os principais minerais explorados na região. Existem minas de ouro, prata, minério de ferro, bauxita, cobre, manganês, cromo, estanho, nióbio, tântalo e zircônio, entre os metálicos (BRASIL, 2018).

²² Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-diz-a-merkel-que-brasil-sofre-com-psicose-ambientalista/a-49414290>> Acesso em: 15 jul. 2019.

²³ Disponível em: <http://www.anm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/anuario-mineral/anuario-mineral-brasileiro/amb_2018.pdf> Acesso em: 16 jul. 2019.

Ainda no âmbito dos minérios, a importância geopolítica da Amazônia se torna mais relevante ao se considerar a dependência vital dos países ricos em minérios para sustentarem suas economias (LOURENÇÃO, 2003).

Segundo o IBGE (2011), além dos minerais citados, a região também é rica em: sulfeto de cobre, diamante, caulim, bauxita, evaporitos (proveem o sal-gema e a gipsita, fontes de gesso empregado na medicina e construção civil, além da anidrita, fonte de sulfato e cálcio), cassiterita (minério de estanho), além de depósitos de ouro de aluvião e grandes depósitos de calcário (aproveitáveis para a agricultura e a produção de cimento). A região também é rica em petróleo e gás natural, além do urânio.

3.2.4 Recursos Hídricos

Na Amazônia Legal está localizada a maior bacia hidrográfica do mundo, além de possuir o maior rio, o Amazonas. É o maior reservatório de água doce do planeta, escoa 1/5 do volume de água doce do mundo, além de possuir a maior diversidade de peixes do globo terrestre. Destaca-se que 65% desta bacia está em território nacional (FIGUEIREDO, 2016).

Os recursos hídricos existentes na Amazônia refletem a grandiosidade de sua extensão territorial.

Segundo Becker (2005), a água é avaliada como um dos mais valiosos recursos do século XXI, devido ao fato de cada vez mais haver demanda mundial por essa riqueza. De acordo com a Agência Nacional das Águas (ANA) (2019), 97,5% da água existente no mundo é salgada e não é adequada ao nosso consumo direto nem à irrigação da plantação. Dos 2,5% de água doce, a maior parte (69%) é de difícil acesso, pois está concentrada nas geleiras, 30% são águas subterrâneas (armazenadas em aquíferos) e 1% encontra-se nos rios. Nota-se aí a grandeza do papel da Amazônia, pois, deste percentual, 20% é escoado por sua bacia.

Segundo Castro (1983), o rio Amazonas recebe as águas de mais de 500 afluentes, possuindo uma vazão avaliada em 80 mil m³/s, sendo considerada a maior do mundo e que equivaleria à soma da vazão de todos os outros rios existentes no nosso planeta. O rio Amazonas lança ao Atlântico, em um só dia, quase o mesmo volume de água que o Tamisa (Inglaterra) em um ano, o Mississipi (Estados Unidos da América) em 12 dias ou o rio Congo (África) em 5 dias (LOURENÇÃO, 2003).

A Amazônia brasileira possui uma rede hidroviária da ordem de 20.000 km. Os principais rios que integram esse sistema são navegáveis em grande parte de seu percurso e formam a espinha dorsal que estrutura a rede viária da Amazônia (LOURENÇÃO, 2003).

Sobre a questão energética, Castro (1998) afirma que o potencial hidrelétrico total da Amazônia Legal chega a 36.183 MW/a, o que representa 2/3 de todo o Brasil.

3.3 CONCLUSÕES PARCIAIS

Analisando os dados apresentados na Amazônia Legal, pode-se concluir que, a região se reveste de uma grande importância na contribuição do desenvolvimento e o incremento do poder nacional, sendo uma região importantíssima, que necessita cada vez mais da atuação do Estado do brasileiro. Trata-se de uma imensa região cobiçada desde o período colonial até os dias de hoje, riquíssima em termos de biodiversidade, meio ambiente, riquezas minerais, recursos hídricos, dentre outras riquezas, porém com uma densidade demográfica baixa, fatores essenciais para o aumento das vulnerabilidades na região.

Devido a essas ameaças, o Estado brasileiro resolve sair da inércia e exercer efetivamente uma política com o intuito de mitigar as vulnerabilidades expostas por antigas e novas ameaças. No próximo capítulo serão apresentadas as ameaças à Amazônia e as ações implementadas pelo Estado brasileiro a fim de mitigar essas ameaças.

4 A SEGURANÇA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

A Amazônia, caracterizada pela grandeza de recursos disponíveis, se encontra vulnerável a diversas ameaças, que são tanto internas como externas, uma vez que naquela região há uma ínfima presença do Estado. Sendo assim, o setor militar exerceu forte influência desde o período colonial, além de produzir inúmeras literaturas abordando os temas securitizados como: “internacionalização”, risco à soberania e integridade nacional, reequipamento das forças e insuficiência do controle estatal na região, além de evidenciar os principais problemas de segurança e seus atores funcionais, nos quais destacamos não só outros Estados, mas também, organizações internacionais, grupos missionários e religiosos, organizações não governamentais, grupos indígenas, imigrantes, dentre outros.

A securitização da Amazônia segue dois caminhos, que são opostos entre si. A primeira trata-se da securitização ambientalista que toma a floresta como objeto referente e crê que sua destruição é “a principal ameaça existencial, tanto pela redução da biodiversidade, quanto pela emissão de gases de efeito estufa e pela destruição de etnias minoritárias”. Buzan e Waeber afirmam que no Brasil a securitização ambiental é temida como potencial fundamentação para o intervencionismo norte-americano (URT; PINHO, 2010).

O segundo caminho, por essência político, ocorre em contraposição ao primeiro, tem cunho nacionalista e é especialmente centrado no conceito de soberania. Os grupos que nela se enquadram acreditam que há um risco de “internacionalização” da região amazônica não só por intervenção direta dos países centrais ou por meio de ONGs, mas também passando pelas chamadas “novas ameaças”, frequentemente de caráter transnacional, representadas pelo narcotráfico, biopirataria, extrativismo vegetal e mineral por estrangeiros e imigração ilegal, os quais seriam responsáveis por relativizar a soberania na região (URT; PINHO, 2010).

Sendo assim, neste capítulo serão abordadas as ameaças à Amazônia apresentando temas securitizados e as ações tomadas pelo governo brasileiro no intuito de mitigar tais ameaças.

4.1 AMEAÇAS À AMAZÔNIA

4.1.1 A cobiça internacional e o meio ambiente

A “cobiça internacional” pela Amazônia por parte de grandes potências é algo frequente na literatura e documentos de militares e, por extensão, nos de defesa, impulsionando o desenvolvimento de estratégias prevendo a defesa da soberania nacional contra ameaças tradicionais e externas (PILETTI, 2008).

Nesse contexto, os atores políticos e acadêmicos são capazes de incluir ou retirar da esfera da segurança internacional diferentes temas, como a questão ambiental (BUZAN; HANSEN, 2012).

A Amazônia brasileira sofre, há vários séculos, cobiça, ora por meio de declarações de líderes de potências mundiais²⁴, ora por ações de organismos não governamentais, os quais, por inúmeras vezes, representam interesses daquelas potências. Essas ameaças são, também, de conhecimento universal, contribuindo para alimentar o temor de internacionalização da região (CASTRO, 1992).

Outro problema que preocupa muitos setores do Exército é a forte presença militar estadunidense na América do Sul e no Caribe que ocorre sobre a justificativa do combate ao narcotráfico ou ao terrorismo (PILETTI, 2008).

²⁴ Em 1983, a então premiê britânica Margareth Thatcher compactuou com os rumores de internacionalização de parte do território brasileiro, ao declarar: “Se os países subdesenvolvidos não conseguem pagar suas dívidas externas, que vendam suas riquezas, seus territórios e suas fábricas”. Alguns anos depois, o presidente francês, François Mitterrand, fez coro: “O Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia”. Mais recentemente, em 2000, durante sua tentativa frustrada de chegar à Casa Branca, o candidato democrata Al Gore declarou: “Os brasileiros pensam que a Amazônia é deles. Não é. Ela pertence a todos nós”. O senador Robert Kasten fez eco à afirmação de Gore, acrescentando: “Assim como o ozônio, as chuvas, o oxigênio etc., a Amazônia deve pertencer a todos”. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/ideias/os-gringos-querem-a-amazonia/>> Acesso em: 18 jul. 2019.

Segundo Castelo Branco (2001), apud Piletti (2008)²⁵,

“O governo norte-americano já transformou boa parte da América do Sul em guarnições militares. Mesmo antes do plano Colômbia, os EUA já possuíam em território sul-americano diversas instalações militares, tropas e assessores. A nova estratégia dos EUA baseia-se no cerco ao narcotráfico, não se resumindo ao território colombiano. Entretanto acredita-se que sua estratégia nacional para a América do Sul é bem mais ambiciosa, ou seja, a de monitorar as riquezas naturais da Amazônia para que, no futuro não muito longínquo, quando escassearem os diversos tipos de recursos naturais no mundo, utilizar as mesmas para atender os seus interesses.

Porém, a estratégia norte-americana não está somente no campo militar, atua, também, procurando conquistar os corações e mentes das populações regionais onde se instalam, por meio de investimentos em infraestrutura local, gerando inclusive novos empregos. O território brasileiro é um dos poucos no continente que não conta com bases norte-americanas[...]” (PILETTI, 2008, p.60).

Outro fato que deve ser levado em consideração é o de muitos líderes tratarem a região amazônica como um “patrimônio da humanidade”. O Coronel Maurício Gaudino, do Centro de Estudos Estratégicos do Exército, afirma que em 2004, o senhor Klaus Toepfer, secretário do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), teria se pronunciado em relação ao Brasil, afirmando que a biodiversidade da floresta amazônica é um “patrimônio comum da humanidade”. Ainda destaca a Tese Ecológica defendida pelo ex-Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, que insistia em pedir que a região fosse tratada como um “patrimônio da humanidade” e, que portanto, deveria ser submetida a um sistema internacional de tutela. Baseado na Carta das Nações Unidas, ainda sugeria que todos os países amazônicos colocassem voluntariamente, seus territórios sob a jurisdição do Conselho de Tutela (GALDINO, 2007).

Essa questão ambiental é bastante ampla, pois essa campanha internacional é exercida em sua maioria por ONGs financiadas, em grande parte, por governos de países ricos.

Os ecologistas se apoiam em alguns problemas existentes para fundamentar os seus argumentos, um exemplo é o discurso de que as queimadas na Amazônia contribuem de forma significativa para o aquecimento global, porém é sabido que mais de 90% do dióxido

²⁵ Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14386>> Acesso em: 15 jun. 2019.

de carbono (CO₂), principal gás causador do “efeito estufa”, é lançado na atmosfera pelos países desenvolvidos e pela China (GALDINO, 2007).

Os problemas são apresentados por ecologistas radicais de forma genérica, com forte carga emocional. É de conhecimento que muitos fatores contribuem para degradar o ecossistema amazônico, mas o fundamentalismo ecológico não pode imperar nem bloquear o desenvolvimento socioeconômico da Região Norte e a integração amazônica ao País. É claro que descuidos ambientais não se justificam e merecem atos corretivos amparados pelas leis, porém não faz sentido abrir mão de explorar tais riquezas, para usufruto e bem-estar da população brasileira, o que não implica necessariamente gerar grande degradação ambiental. (GALDINO, 2007).

Uma intervenção estrangeira, primordialmente por parte dos EUA, não necessariamente armada, mas, provavelmente, na forma de pressões políticas ou econômicas, tende a ocorrer em Estados ou parte deles em que há menor projeção do poder nacional (VIDIGAL, 2002).

Os problemas de segurança de caráter não tradicional, como questões ambientais e indígenas, crimes transnacionais e guerrilha colombiana, são vistos como possíveis causadores ou justificadores de uma ingerência externa por parte de uma ou mais potências estrangeiras. A Doutrina Gama-R²⁶ é associada, diretamente ao contexto que valoriza essas ameaças, caracterizando-se como uma resposta estratégica à ideia de “cobiça internacional” pela Amazônia; enfatizando, nesse sentido, os riscos de perda de soberania do Brasil sobre a região ou de internacionalização que sobre ela pairariam, ressaltando a necessidade de o País ter uma capacidade de dissuasão das “aventuras” estrangeiras ou de enfrentamento a elas, caso seja necessário (PILETTI, 2008).

²⁶ A Doutrina Gama-R fundamenta-se na guerra de resistência à invasão, baseada em ações não-convencionais de pequenas frações internadas na selva. Vencer o inimigo caracteriza-se pelo seu desgaste psicológico e moral, devido ao tempo prolongado do conflito e ao grande número de baixas que ele terá, pulverizando o seu poder de combate e minando sua vontade de lutar” (PILETTI, 2008).

Segundo Buzan e Waeber (2003), tomando como exemplo a intervenção no Iraque e no Kosovo, o Brasil pode ser ameaçado por uma intervenção por motivos ambientalistas.

Deve-se considerar a inserção geopolítica, em que historicamente a política externa do Brasil foi fundamentada, nas teorias de Ratzel²⁷, em que o território é tomado como valor permanente, estando a segurança, a interdependência e o poder do país diretamente relacionados à sua dimensão territorial (VISENTINI, 2001).

4.1.2 Presença das ONGs

As Organizações Não Governamentais (ONGs) são consideradas como uma grande ameaça à soberania brasileira sobre a Amazônia Legal. Revestidas de legalidade, composto por projetos que vão desde a prestação de assistência a comunidades carentes na região até a preservação da fauna e da flora nativa, passando por pesquisas e projetos relacionados à comunidade indígena, tais atividades podem, em alguns casos, representar ameaça à soberania nacional. A atuação desses organismos deve ser monitorada em profundidade, para que, se representarem ameaça à nossa soberania, sejam adotadas as cabíveis providências (LOUREIRO, 2002).

Para Mattos (2005), alegando a incapacidade do Brasil em preservar a natureza amazônica, inúmeras ONGs europeias e estadunidenses lutam para que se estabeleça o status de “território de interesse da humanidade” na Amazônia, de modo que um organismo supranacional, com autoridade decisória, passe a participar de sua administração. Essas ONGs já envolveram a ONU, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e entidades financeiras internacionais na tese de apoio à criação de uma entidade supranacional para preservar a floresta amazônica.

²⁷ As concepções ratzelianas possuem ligações evidentes com a atualidade, e uma delas está justamente na relevância do território para a existência do Estado moderno. Disponível em: <<http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/download/59/67>> Acesso em: 20 jul. 2019.

Segundo Zendim (2004), inúmeras ONGs atuam na Amazônia sem o controle estatal, e, muitas vezes, têm atitudes contrárias aos interesses nacionais, em atendimento aos interesses de seus financiadores, notadamente estrangeiros. Para isso, manipulam o ambientalismo indigenista a fim de impor dificuldades ao povoamento e à efetiva integração da Amazônia, criando condições favoráveis ao seu futuro desmembramento. Além disso, a atuação das ONGs cria uma “artificial e extremada necessidade de preservação” da cultura de minoritária indígena, que se sobrepõe às carências de desenvolvimento socioeconômico da maioria da população.

4.1.3 A questão indígena

Da mesma maneira do que ocorre com a problemática ambiental, a questão indígena na Amazônia ganha contornos ameaçadores ao Estado, pois se associam a interesses escusos. Muitas ONGs se juntam às comunidades indígenas da região Amazônica para atuar de forma contrária aos interesses nacionais. Várias dessas ONGs, dentre as quais muitas se dizem religiosas, possuem em seus quadros, geólogos e biólogos que remetem para seus países de origem grande quantidade de material genético de elevado valor científico e econômico praticando a biopirataria em nosso território. O problema indígena brasileiro deve ser conduzido com atenção pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), pelo Congresso Nacional e pelo Ministério das Relações Exteriores, levando em consideração a perspectiva natural de progressiva assimilação cultural, pois, os índios da Amazônia não são animais de um grande zoológico, condenados a permanecerem eternamente em estágio evolutivo atrasado, sem acesso aos benefícios do mundo moderno (GALDINO, 2007).

Sob a perspectiva militar, a demarcação de áreas junto as fronteiras traz claras ameaças à soberania nacional. A preocupação internacional com os índios é considerada exagerada, nos mesmos moldes da questão ambiental, e seria mais um indício do conluio que

objetiva apropriar as riquezas amazônicas, em especial as do subsolo, pois são regiões que possuem uma imensa quantidade de minérios.

4.1.4 Crimes transnacionais e narcotráfico

A imensidão da Amazônia, somada ao vazio demográfico na região e a também imensa faixa de fronteira, representam um campo fértil para as organizações criminosas, destacando-se o tráfico de armas e munições, o tráfico de entorpecentes, o tráfico de madeiras e minerais, a lavagem de dinheiro, o tráfico de pessoas, a imigração ilegal e até o terrorismo.

Conforme já apresentado anteriormente, no período pós-Guerra Fria, as questões de segurança não tradicionais passaram a fazer parte da agenda de segurança mundial. A partir dessa nova conjuntura, a maior ameaça de caráter não tradicional na América do Sul seria o tráfico de drogas, atividade ilícita que durante muitos anos foi uma das principais atividades das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)²⁸, consideradas pelos Estados Unidos não apenas como um grupo narcotraficante, mas também como forças terroristas, dando origem ao Plano Colômbia²⁹, trazendo os EUA para o continente sul-americano, levando o Exército Brasileiro a temer que as FARC e outros grupos guerrilheiros se instalassem no território brasileiro.

Segundo Ricciardi (2004), o emprego das Forças Armadas (FA) colombianas no combate ao narcotráfico, por ocasião do Plano Colômbia, fez com que narcotraficantes entrassem clandestinamente no Brasil e utilizassem a floresta amazônica como refúgio e esconderijo.

²⁸ É popularmente conhecida como FARC-EP, sua criação se deu em 1964 apenas como uma guerrilha-revolucionária do Partido Comunista Colombiano. As FARC são uma das mais capacitadas, equipadas e a mais antiga das forças insurgentes do continente sul-americano. Considerada um grupo terrorista. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/farc.htm>> Acesso em: 25 jul. 2019.

²⁹ O Plano Colômbia que faz parte dessa estratégia americana, teve na sua ideia original uma proposta de paz com a guerrilha, bem como a intensificação do combate ao narcotráfico, onde várias ações integradas seriam desenvolvidas pelo governo colombiano em uma clara tentativa de reabilitar as zonas mais atingidas pela violência e gradualmente eliminar a produção de drogas na região. Porém na prática, o que se viu foi a intensificação da guerra civil e uma ênfase nas operações militares de combate ao tráfico (RICCIARDI, 2004, p.2).

Para o Exército, o combate a essas ameaças não tradicionais sempre terá em vista um combate maior, que é a defesa da soberania nacional contra a interferência externa das grandes potências na Amazônia, motivada pela cobiça internacional pelas riquezas da região. (PILETTI, 2008).

Uma questão torna-se securitizada quando os discursos dos atores securitizadores, de acordo com suas percepções, apresentam justificativas para que um determinado tema, pelo risco que ele apresenta, necessite de medidas extraordinárias e de um status diferenciado, sugerindo ações além dos procedimentos políticos normais (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

As percepções de ameaças que o Brasil deve considerar ao formular a sua defesa nacional parte da visão de que os fatores de insegurança estão localizados na fronteira norte, ou seja, a área de onde proveem as fontes de instabilidade (PAGLIARI, 2009).

Nesse contexto, justifica-se a atuação do governo brasileiro em securitizar a região amazônica, como resposta às vulnerabilidades existentes na fronteira norte.

4.2 POLÍTICAS DE ESTADO PARA A DEFESA DA AMAZÔNIA

As riquezas da região Amazônica e a vulnerabilidade devido aos problemas existentes levou o governo brasileiro a adotar políticas públicas no intuito de mitigar essas vulnerabilidades e manter a soberania do Brasil. No período de 1965 a 1980, durante os governos militares, surgiu o *slogan* pró-amazônico “Integrar para não entregar”, que justamente integrar a região ao restante do Brasil foi uma das principais vertentes da política de desenvolvimento do Governo Federal. O plano de integração, como estratégia de defesa, pregava a ocupação humana e grandes projetos de infraestrutura (BECKER, 1990).

Serão apresentados o Programa Calha Norte e o Projeto SIPAM/SIVAM, programas criados pelo Governo Federal com o intuito de contribuir com a garantia da soberania do Brasil.

4.2.1 O Programa Calha Norte

O “Programa de desenvolvimento e segurança na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas” ou, abreviadamente, Programa Calha Norte (PCN) foi elaborado por um grupo coordenado pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN) durante o Regime Militar (1964-1984) e veio ao conhecimento público durante os trabalhos de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). O PCN só foi iniciado na prática em 1985 durante o governo Sarney (LOURENÇÃO, 2003).

O PCN foi justificado, ainda em função de uma possível “internacionalização” da Amazônia, garantindo a soberania brasileira, numa época de elevadas taxas de desmatamento, levantando protestos internacionais. Vários motivos foram alegados para a sua implantação, como contrabando de minerais, tráfico de drogas, instabilidade dos países vizinhos e suas guerrilhas nas fronteiras (ANDERSEN, 2008).

Ainda vigorava no contexto da Guerra Fria a preocupação geopolítica para o Estado brasileiro. Uma das principais justificativas para o PCN foi a possível “projeção do antagonismo Leste-Oeste na parte norte da América do Sul”, por meio das disputas fronteiriças envolvendo Venezuela, Guiana e Suriname, da emergência de lideranças personalistas nos governos da Guiana e do Suriname, da projeção dos movimentos revolucionários do Caribe e da influência cubana, acrescentando-se ainda a permanência de reflexos do combate à guerrilha do Araguaia como um dos motivos que mobilizavam as iniciativas das Forças Armadas na Amazônia (MONTEIRO, 2011).

O programa visava abranger três áreas geográficas com características peculiares: a faixa de fronteira; a faixa ribeirinha, que compreende a calha dos rios Solimões/Amazonas; e a faixa interior, denominada *hinterland*, situada entre as duas primeiras, o que conduziria a três programas destinados a eles correspondendo: Programa da Faixa de Fronteiras, Programa do Núcleo Regional ou Interiorano e Programa das Zonas Ribeirinhas (DINIZ, 1994).

Fortemente influenciado pela Doutrina de Segurança Nacional, o Projeto sofreu alterações para se adaptar as novas características políticas, sociais, econômicas e internacionais nas quais o Brasil está inserido, e também, devido à necessidade de estar coerente com os documentos estratégicos lançados pelo governo federal: Política de Defesa Nacional (2005), Estratégia Nacional de Defesa (2008) e Livro Branco de Defesa Nacional (2012). Dentre as alterações destaca-se a sua denominação quando nos anos 2000 mudou de Projeto para Programa Calha Norte, a ampliação da área de atuação em 2003 e 2006 e também a ampliação dos investimentos. Em 2013 o Programa subiu ao *status* de Departamento do Programa Calha Norte, possuindo duas vertentes: a vertente militar e a vertente civil. A vertente militar se ocupa da manutenção da soberania nacional e da integridade da região, enquanto a vertente civil é a responsável pela promoção do desenvolvimento ordenado da região amazônica. Durante os mais de 25 anos de Programa (FIG. 5, ANEXO A), obras de diversas naturezas foram concretizadas (construção de hospitais, aeródromos, estradas, escola agrotécnica, tubulação para abastecimento de água potável etc.) com o intuito de desenvolver a região sob uma perspectiva sustentável e fixar o homem à terra, em uma tentativa de diminuir o “vazio demográfico” da região, além dos recursos aplicados na Defesa. (NASCIMENTO, 2013).

Duas ações têm maior relevância no Programa Calha Norte na vertente militar: Implantação de Unidades Militares (FIG. 6, ANEXO A) e a Manutenção da Infraestrutura instalada nos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) (FIG. 7, ANEXO A). Essas ações são uma maneira de se instaurar o poder estatal na região para que haja uma atuação direta em prol da manutenção da soberania nacional, inibindo a proliferação de atividades ilícitas e servindo de núcleo de apoio às comunidades carentes da região. O Brasil (2013) conta atualmente com 26 pelotões localizados na Amazônia, sendo que desses, 24 são Pelotões Especiais de Fronteira e 2 são Destacamentos. O intuito do Calha Norte é dobrar o número de

pelotões e diminuir a distância entre eles de 700 km para cerca de 250 km. O desafio é aumentar a participação da vertente militar nas Leis Orçamentárias Anuais, permitindo que um maior repasse seja feito para a implantação dessas futuras unidades, manutenção das unidades já instaladas e também modernização dos equipamentos das Forças Armadas (NASCIMENTO, 2013).

4.2.2 O Projeto SIPAM/SIVAM

O Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) é a infraestrutura técnica e operacional (FIG. 8. ANEXO A) de um programa de abrangência entre vários ministérios, e o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), o seu principal instrumento na proteção e defesa da soberania nacional na Amazônia. (LOURENÇÃO, 2003). Em suma, o SIVAM é o braço operacional do SIPAM.

O controle aéreo foi uma missão determinante para o SIVAM como objetivo de proteger e vigiar as imensas áreas de fronteira. O objetivo era duplo: do ponto de vista interno, a criação de um sistema para ajudar o desenvolvimento de políticas públicas que pudessem diminuir o atraso econômico da região; do ponto de vista externo, a redução da crítica internacional, que atingiu o governo brasileiro na luta contra o desmatamento, depois da conferência internacional ECO-92, ocorrida no Rio de Janeiro (DHENIN, 2013).

O SIPAM é a organização governamental gestora das informações estratégicas provindas do banco de dados do SIVAM, cujos elos são as várias entidades federais, estaduais e municipais que tenham ações de governo na Amazônia (LOURENÇÃO, 2003).

O SIVAM e as políticas resultantes de seus produtos têm um papel importante na soberania da Amazônia, não para impedir uma invasão deste território por uma superpotência, mas para propiciar o controle deste espaço, superficial e aéreo, monitorando a exploração econômica, combatendo os ilícitos e outras ameaças. Assim, o SIVAM além de

constituir um fator dissuasório, é principal e simultaneamente um projeto promotor de integração e desenvolvimento (LOURENÇÃO, 2003).

Como resultado, o projeto SIVAM, criado para aumentar o controle brasileiro de seu território, quando entrou em operação em março de 2003, nos primeiros 30 dias de operação foram identificadas e apreendidas 84 aeronaves, e 33 pistas de pouso clandestinas foram mapeadas e destruídas (SANTOS, 2007).

A implementação do SIVAM é uma resposta a um processo de militarização que vem ocorrendo na América Central e na fachada sul-americana do Pacífico. Após a Guerra Fria verifica-se uma crescente política de transformação dos Andes em “mare nostrum” dos Estados Unidos da América, onde utilizam a instabilidade política dos países Andinos e a ALCA como contraponto estratégico. Essa política é patente na instalação de bases de operação avançadas na Costa Rica, no Panamá, em Curaçau e no Equador, além do Plano Colômbia (BECKER, 2002).

4.3 CONCLUSÕES PARCIAIS

As ações tomadas pelo governo brasileiro em relação à Amazônia comprova uma aderência à teoria de securitização, principalmente na questão do tráfico de drogas ilícitas oriundos da Colômbia, além da ação de atores que buscavam transformar a região em uma área de interesse global, quer seja quando alegam o desmatamento, quer seja na questão indígena dentre outras questões.

A securitização da Amazônia ocorreu principalmente por influência do setor militar, que produziu inúmeros documentos e literaturas que alertavam das ameaças em relação à Amazônia, como “internacionalização”, ação de ONGs por questões ambientais e indígenas, narcotráfico etc. Devido a essas ameaças, o governo brasileiro resolve atuar efetivamente a fim de diminuir esses efeitos. Sendo assim, o Projeto Calha Norte e Projeto

SIVAM/SIPAM, serviu como uma ferramenta para mitigar os efeitos dessas ameaças, contribuir com a soberania nacional e garantir o desenvolvimento da região.

5 CONCLUSÃO

O propósito do presente trabalho foi analisar como o Estado brasileiro tem enfrentado as vulnerabilidades da região amazônica, diante da atuação de diversos atores, do período da redemocratização aos dias atuais.

No primeiro capítulo foi apresentada uma breve introdução, abordando o quanto a Amazônia vem sendo alvo de cobiça, em virtude de ser extremamente rica, e por diversos períodos ter sido esquecida, constituindo um ponto de vulnerabilidade à soberania brasileira, além de, ser apresentado como seria o desenvolvimento do trabalho.

O segundo capítulo abordou a evolução sobre os estudos de segurança no pós-Guerra Fria, quando a incapacidade do realismo em prever o fim da Guerra Fria fortaleceu seus críticos, pois na visão realista as questões de segurança eram baseadas no “equilíbrio de poder”, no qual a paz fundamentava-se na hegemonia de um Estado, dando lugar a uma nova visão de que o Estado não é o único ator das relações internacionais, e novos temas passaram a ser interpretados como questões de segurança internacional como guerras civis, disputas étnicas, crime organizado transnacional, meio ambiente, entre outros.

Nesse contexto surge, em 1985, a Escola de Copenhague, que sustenta que as ameaças à segurança se originam não apenas na esfera militar, mas também nas esferas política, econômica, societal e ambiental. Nesta “redefinição do conceito de segurança”, Barry Buzan, Ole Waever e Jaap Wilde (1998), teóricos dessa escola, defendem que o processo de securitização é o movimento que leva ameaças além das regras preestabelecidas pela política e enquadra um determinado assunto, quer como tipo especial de política, na qual o assunto é considerado politizado, quer como acima da política, quando o assunto é considerado securitizado. Sendo assim, a securitização pode ser vista como uma versão extremada da politização.

O conceito de securitização abarca a ideia de que não existe uma segurança

internacional objetivamente considerada, toda ameaça é socialmente construída por meio de discursos de atores significativos na esfera da segurança internacional, passando pela aceitação do público. Portanto, segurança é uma prática autorreferencial, não necessariamente porque uma ameaça existencial realmente existe, mas porque o assunto é apresentado como tal. Securitização é o uso da retórica da ameaça existencial com o objetivo de levar um assunto para fora das condições da política normal, justificando, assim, a adoção de medidas de emergência, de procedimentos políticos extraordinários e eventualmente o uso da força.

No terceiro capítulo, foram apresentados alguns aspectos sobre a Amazônia, de modo a proporcionar uma maior ambientação à região, como o conceito de Amazônia Legal, alguns dados estatísticos como quantidade de habitantes, densidade demográfica, Estados fronteiriços, etc. O valor estratégico da região pela sua extensão territorial, e seu imenso capital natural. Suas riquezas em termos de biodiversidade, meio ambiente, riquezas minerais e recursos hídricos.

No que tange à biodiversidade, segundo a ONG *Conservation International*, o Brasil é o mais rico, com 22% do total de espécies do planeta, estando em primeiro lugar no *ranking* de plantas, peixes de água doce e mamíferos, ou seja, a Amazônia possui um estoque imenso genético, fonte natural de produtos farmacêuticos, bioquímicos e agrônômicos.

Em relação à importância ambiental, é vital a contribuição que a região empresta para o equilíbrio climático mundial, possuindo um papel no controle do chamado efeito estufa, no qual as florestas exercem a função de filtro, além de uma reserva de madeira de lei que acumulava recursos na ordem de trilhões de dólares ainda no ano de 2008.

Em relação à riqueza mineral, segundo Bertha Becker, a Amazônia é fantástica. Segundo dados do CCSIVAM, no ano de 2002, as jazidas minerais de metais nobres de vários tipos, como: bauxita, cassiterita, ferro, nióbio, ouro e urânio, acumulam recursos da ordem de

US\$ 1,6 trilhão, além de terem sido encontrados, titânio, estanho, cobre, caulim, manganês, níquel e diamante, dentre outros, devendo ser levado em consideração a sua importância geopolítica ao se considerar a dependência vital dos países ricos em minérios lá existentes para sustentarem suas economias.

Em relação aos recursos hídricos, é a maior bacia hidrográfica do mundo, além de possuir o maior rio, o Amazonas. E segundo Becker (2005), a água é avaliada como um dos mais valiosos recursos do século XXI, devido ao fato de cada vez mais haver demanda mundial por essa riqueza, considerando-se, também, a imensa rede viária e o imenso potencial hidroelétrico.

No quarto capítulo foram apresentadas as vulnerabilidades a diversas ameaças, tanto internas quanto externas, enfrentadas pela Amazônia, por ser uma região com imensa grandeza de recursos, e como o governo brasileiro decidiu securitizar os diversos temas apresentados que colocavam em risco a soberania nacional.

Primeiramente foi apresentada a cobiça internacional por parte das grandes potências e organizações não governamentais que contribuíram sobremaneira para elevar o temor da internacionalização da Amazônia com discursos ambientais, afirmando que o Brasil não possuía a capacidade de gerir a Amazônia e que a rica região não pertence ao Brasil e, sim, representa um patrimônio da humanidade.

Em seguida foi apresentado o problema com as ONGs, que revestidas de legalidade, compostas por projetos que vão desde a prestação de assistência a comunidades carentes na região até a preservação da fauna e da flora nativa, passando por pesquisas e projetos relacionados à comunidade indígena, mas que em muitos casos, representam ameaças à soberania nacional.

Posteriormente foi apresentada a questão indígena na qual a demarcação de áreas junto às fronteiras, além da associação com ONGs e entidades religiosas traz claras ameaças

à nossa soberania.

Finalmente foram apresentados os crimes transnacionais e o narcotráfico, que imensidão da Amazônia, somada ao vazio demográfico e à imensa faixa de fronteira, representam um campo fértil para as organizações criminosas. O combate ao tráfico de drogas, principalmente aquele relacionado às FARC, trouxe os EUA para dentro do continente sul-americano em virtude do Plano Colômbia.

Essas ameaças, tendo de atores tradicionais como não tradicionais, somados à pouca presença do Estado, fez com que o governo brasileiro tomasse algumas providências a fim de mitigar essas vulnerabilidades.

O Programa Calha Norte foi implantado por diversos motivos, primeiramente devido ao temor de uma possível “internacionalização”, depois com a justificativa de combater o contrabando de minerais, tráfico de drogas, instabilidade dos países vizinhos e suas guerrilhas nas fronteiras, povoando a região, deslocando unidades militares, investindo no desenvolvimento com a construção de hospitais, hidrelétricas, aeródromos, estradas, escolas, tubulação para abastecimento de água potável, dentre outros projetos de infraestrutura a fim de contribuir para a garantia da soberania nacional.

O Projeto SIVAM/SIPAM foi outra medida do governo em prol da segurança da região amazônica. O SIVAM é a infraestrutura técnica e operacional de um programa de abrangência entre vários ministérios, e o SIPAM, o seu principal instrumento na proteção e defesa da soberania nacional na Amazônia.

A proposição do projeto SIVAM deu-se no contexto das controvérsias sobre a necessidade de que o Brasil encaminhasse um conjunto integrado de políticas regionais e de defesa para a Amazônia que, enquanto combatesse os ilícitos, favorecesse também a preservação racional e o desenvolvimento sustentado da região e da população local. O estudo concluiu que o SIVAM foi pensado e montado para atender às necessidades de defesa

da região vindo ao encontro das demandas supracitadas, representando um novo paradigma de segurança e defesa para a Amazônia em que a preservação da soberania brasileira na Amazônia não será garantida apenas por meio do empreendimento estratégico-militar na área, mas pela implantação de um conjunto de políticas públicas que faça convergir crescimento econômico, desenvolvimento social, preservação ambiental e defesa.

As ações do governo brasileiro, em virtudes das diversas ameaças que surgiram ao longo dos anos, aderem à teoria de securitização, pois medidas extraordinárias foram tomadas, evoluindo de um processo político para um processo de segurança.

A Amazônia no período pós-Guerra Fria ganhou visibilidade no cenário internacional, e no contexto da época, tomando como exemplo a intervenção no Iraque e no Kosovo, poderia resultar em intervenção no Brasil.

A criação da Amazônia Legal, já foi um reflexo da vontade política de combater o isolamento da região, promover o desenvolvimento autossustentado da economia, o bem-estar social da população e a integração da região à economia nacional, visando ao fortalecimento da soberania do Estado sobre a região amazônica.

O crescimento das ameaças por parte de diversos atores fez o Estado brasileiro sair da inércia. As declarações de líderes internacionais fez o governo brasileiro ter a consciência da atenção que a comunidade internacional empresta à Amazônia Legal em função do seu potencial mineral e natural, da biodiversidade, das fontes de água doce e de energia, das questões ambientais e da existência de áreas passíveis de incorporação ao sistema produtivo mundial. Nesse sentido, a Estratégia Nacional de Defesa (END) salienta a prioridade da Amazônia para a defesa nacional.

Recentemente o assunto tem voltado a pauta, pois o Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, em entrevista a jornalistas europeus, foi indagado sobre questões ambientais da Amazônia e respondeu que existe muita pressão externa sobre a Amazônia para

influenciar a política brasileira.

A própria mídia nacional, ONGs e instituições governamentais, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), têm atuado de maneira negativa, divulgando dados duvidosos que acabam prejudicando a imagem do Brasil, contribuindo para a instabilidade no País.

O certo é que o Estado brasileiro necessita continuar a investir na região, utilizando de maneira sustentável as suas potencialidades e combatendo as antigas e novas ameaças de toda a natureza.

Conclui-se da assertividade do Estado brasileiro em sair da inércia e efetivamente criar ações com a finalidade de mitigar as vulnerabilidades existentes na Amazônia. O Programa Calha Norte e o Projeto SIVAM/SIPAM têm gerado diversos frutos e têm sido ferramentas essenciais para o desenvolvimento da região e a garantia da soberania nacional. Sendo assim, atinge-se o propósito deste trabalho ao apresentar algumas ações tomadas pelo Estado brasileiro em virtude das novas e antigas ameaças.

REFERÊNCIAS

- ANDERSEN, S. M. **A Fronteira na Concepção da Geopolítica Brasileira: Entendendo a Origem dos Conflitos**. UFPR, 2008.
- BECKER, Bertha K. **Construindo a Política Brasileira de Meio Ambiente para a Amazônia: Atores, Estratégias e Práticas**. Publikationsserver, Rio de Janeiro, p.197-207, 2004. Disponível em: <http://publications.iai.spk-berlin.de/servlets/MCRFileNodeServlet/Document_derivate_00001611/BIA_080_197_207.pdf> Acesso em: 13 jul. 2019.
- BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 53, p.71 – 86, maio 2005.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2009. 172 p.
- BECKER, Bertha K. **Os eixos de integração e desenvolvimento da Amazônia**. Revista TERRITÓRIO, ano IV, nº 6, p. 29-42, jan/jun. 1999.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática S.A., 1990. 112 p.
- BECKER, B. K.; LÉNA, P. **Pequenos empreendimentos alternativos na Amazônia**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro; Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, 2002. 30 p.
- BETTS, Richard K.. Samuel P. Huntington. New Iorque: Encyclopedia Britânica, 2019. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Samuel-P-Huntington>>. Acesso em: 15 maio 2019.
- BRASIL. Agência Nacional de Mineração. Ministério de Minas e Energia. Anuário Mineral Brasileiro 2018. 2018. Disponível em: <http://www.anm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/anuario-mineral/anuario-mineral-brasileiro/amb_2018.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2019.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Trinta anos do Programa Calha Norte**. 2015. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/17812-programa-calha-norte-comemora-30-anos-melhorando-a-vida-da-populacao-da-regiao-norte>>. Acesso em: 25 jul. 2019.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: MD, 2012. <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/end.pdf>>.
- BRASIL. Ibge. Ministério da Economia. IBGE. 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html>>. Acesso em: 10 jul. 2019.
- BRASIL. Ipea. Ministério da Economia. IPEA. 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1226&Itemid=68>. Acesso em: 12 jul. 2019.

BRASIL. SIVAM. 2019. Disponível em: <<https://leomirabillis.blogspot.com/p/sivam-sistema-de-vigilancia-da-amazonia.html>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRAGA, Sergio. **O uso sustentável da biodiversidade amazônica**. In VELLOSO, João Paulo dos Reis. ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de. *Amazônia, vazão de soluções? Desenvolvimento moderno baseado na biodiversidade*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

BRITÂNICA, Encyclopedia (Ed.). Al Qaeda. Londres: Encyclopedia Britânica, 2019. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/al-Qaeda>>. Acesso em: 15 maio 2019.

BUZAN, Barry. (1991), *People, States & Fear*, Second Edition. Colchester, UK: ECPR Press, Essex University.

BUZAN, Barry, HANSEN, Lene. **A Evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. Trad. Flávio Lira. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BUZAN, Barry & WAEVER, Ole & DE WILDE, Jaap. **Security: a new framework for analysis**. Boulder, Lynne Rienner Publishers, 1998.

BUZAN, Barry & WAEVER, Ole. **Regions and powers: the structure of international security**. Cambridge, Cambridge University Press, 2003.

CAETANO, Marcello. *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*. 6ª ed. Lisboa: Coimbra Ed., 1972.

CASTRO, Flávio M. de Oliveira. **O Brasil e sua soberania sobre a Amazônia**. 1992. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília. 1992.

CASTRO, Therezinha de. **Atlas-texto de Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Capemi, 1982.

CASTRO, Therezinha de. **Rumo à Amazônia**. Rio de Janeiro: Unigraf, 1998.

COOPER, John Milton. Woodrow Wilson. Madison: Encyclopedia Britânica, 2019. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Woodrow-Wilson>>. Acesso em: 21 maio 2019.

DAVID, P. C.: **A Guerra e a Paz: Abordagens contemporâneas da segurança e da estratégia**. Lisboa: Piaget, 2000.

DHENIN, M. P. P. “Do SIPAM ao SISFRON: a questão da segurança da faixa de fronteira na doutrina militar brasileira”. In: Durbens Martins Nascimento e Jadson Luís Rebelo Porto. (Org.). *Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa e segurança da Amazônia*. Belém: Universidade Federal do Pará, 2013.

DIAS, Braulio Ferreira de Souza. **A biodiversidade na Amazônia: uma introdução ao desconhecido**. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis; ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de (Coord.). *Amazônia, vazão de Soluções?: desenvolvimento moderno baseado na biodiversidade*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

Dicionário do Aurélio Online, 2019. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/biodiversidade>>. Acesso em: 04 jul. 2019.

DINIZ, Eugênio. **Um diálogo de surdos : o projeto Calha Norte**, Lua Nova São Paulo, 1994.

EMMERS, Ralf. Securitization. In: COLLINS, Allan (Org.). *Contemporary Security Studies: second edition*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 109-123.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Biodiversidade**. São Paulo: Editora Positivo, 2019. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/biodiversidade>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Eldorado**. São Paulo: Editora Positivo, 2019. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/eldorado>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

FEUER, Lewis S; MCLELLAN, David T. Karl Max. Califórnia: Encyclopedia Britânica, 2019. 5 p. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Karl-Marx>>. Acesso em: 21 maio 2019.

FIGUEIREDO, Adma Hamam de - organizadora. **Brasil : uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI** - Rio de Janeiro : IBGE, Coordenação de Geografia, 2016.

GALDINO, Mauricio Augusto Cabral. **Amazônia: problemas ecológicos, questão indígena e ameaças latentes**. Brasília, 2007.

GALVÃO, Iapony Rodrigues; BEZERRIL, Kellia de Oliveira. **O povo e seu território: uma discussão sobre a teoria de Friedrich Ratzel**. Revista de Geopolítica, Natal, v. 3, n. 2, p.230-238, jul. 2012. Semestral. Disponível em: <<http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/download/59/67>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

GOMME, Arnold Wycombe. Tucídides. Glasgow, United Kingdom: Encyclopedia Britânica, 2019. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Thucydides-Greek-historian>>. Acesso em: 21 maio 2019.

HUNTINGTON, Samuel P. **America's changing strategic interests**. Survival, London: International Institute for Strategic Studies, jan. feb. 1991.

JACKSON, R.; SORENSEN, G. **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Editora: Zahar, 2007.

JOÃO, Marcelo Pagotti. **Apoio ao movimento na Amazônia: estrutura, missões e emprego da arma de Engenharia naquela área**. Rio de Janeiro, ECEME, 2002.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir**. Estudos Avançados, v. 16, n. 45, São Paulo: Universidade de São Paulo. Maio/ago 2002.

LOURENÇÃO, Humberto J. **A defesa nacional e a Amazônia: o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam)**. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH-UNICAMP, 2003.

MAIS unidades Militares: presença marcante na Amazônia. 2012. Disponível em: <<https://www.montedo.com.br/2009/08/31/amazonia-presenca-militar-e-tema-de/>>. Acesso em: 20 jul. 2019.

MANSFIELD, Harvey. Nicolau Maquiavel. Massachusetts: Encyclopedia Britânica, 2019. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Niccolo-Machiavelli>>. Acesso em: 21 maio 2019.

MARTINEZ, Elias David Morales; LYRA, Mariana P. O. de. **O Processo de Dessecuritização do Narcotráfico na Unasul.** Revista Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 37, p.661-691, 2015. Trimestral. Disponível em: <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Artigo%2011%20da%20Revista%20Contexto%20Internacional%2037%20n%202.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

MATTOS, Carlos de Meira. **Uma geopolítica pan-amazônica.** Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1980.

MIRIM POVOS INDÍGENAS (Manaus). Reserva Ianomami. 2019. Disponível em: <<https://mirim.org/terras-indigenas>>. Acesso em: 15 jul. 2019

MINGST, Karen A. **Princípios de Reações Internacionais.** Tradução de Cristiana de Assis Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014

MONTEIRO. l.c. Licio. **O programa calha norte: redefinição das políticas de segurança e defesa nas fronteiras internacionais da Amazônia brasileira.** Estudos urbanos e regionais s v. 13, n . 2 / novembro, 2011.

MORAES, Bryan Marques; VITTE, Antonio Carlos. **A visão imperial no ensino de geografia na Inglaterra a ótica de Halford Mackinder.** Revista dos Trabalhos de Iniciação Científica da Unicamp, Campinas, p.1-2, 12 dez. 2018. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/pibic/article/view/243>>. Acesso em: 13 jul. 2019.

MORGENTHAU, Hans. **A Política entre as Nações: a luta pelo poder e pela paz.** Brasília: EDUNB/IPRI; São Paulo: IOESP, 2003.

MUNDO EDUCAÇÃO. Idade Moderna. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/idade-moderna.htm>> Acesso em: 20 maio 2019.

MUNDO, História do. **Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo.** 2019. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/farc.htm>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

NASCIMENTO, Mariana Rodrigues do. **O papel geopolítico da Amazônia brasileira e sua inserção nas políticas voltadas à segurança nacional: uma análise dos documentos oficiais de defesa e das políticas de controle territorial.** 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

NYE, Joseph S. **Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à teoria e à história.** Tradução Tiago Araújo. 3. ed. Lisboa: Gradiva, 2002.

OLIVEIRA, Marcus. **Amazônia Brasileira: Saiba tudo sobre a ocupação, a economia e as fronteiras amazônicas**. 2019. Disponível em: <<https://descomplica.com.br/blog/geografia/resumo-amazonia-brasileira/>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

ONUMA, Yasuaki. Hugo Grotius. Tokio: Encyclopedia Britânica, 2019. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Hugo-Grotius>>. Acesso em: 21 maio 2019.

ORGANIZAÇÃO DA NAÇÕES UNIDAS. Carta das Nações Unidas. Nova Iorque: Nações Unidas, 1945. 70 p. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/carta/>>. Acesso em: 12 jun. 2019.

PAGLIARI, Graciela C. **O Brasil e a Segurança na América do Sul**. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

PILETTI, Felipe José. **Segurança e Defesa da Amazônia: o Exército Brasileiro e as ameaças não tradicionais**. Dissertação de mestrado em Ciência Política, Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório do desenvolvimento humano de 2000.

RICCIARDI DOS REIS, Alexandre. **O emprego das Forças Armadas brasileiras no combate ao narcotráfico**. 2004. Monografia. Escola de Guerra Naval – EGN. Rio de Janeiro, 2004.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Denise Zaiden. **Diplomacia e Forças Armadas: percepção de ameaças no entorno andino-amazônico**. Dissertação de mestrado em Relações Internacionais, Brasília: Universidade Brasília, 2009.

SANTOS, Jean Carlo Silva dos. **Gestão Estratégica da Informação como Fator Condicionante para a Definição e Implementação de Políticas de Defesa e Segurança Nacional no Contexto da Amazônia Legal: o Caso SIP AM/SIV AM**. 2007. 209 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Administração Pública, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA, Maria Amélia Rodrigues da. **Meio século de mineração na Amazônia: das ocorrências à diversificação concentrada**. In MENDES, Armando Dias (Org.). *Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos*. 2. ed. rev. e aum. Belém: Banco da Amazônia, 2004.

SORELL, Tom. Thomas Hobbes. Warwick: Encyclopedia Britânica, 2019. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Thomas-Hobbes>>. Acesso em: 21 maio 2019.

SOUZA, Claudio B. Coutinho de. **A Crescente Importância Geopolítica da Amazônia no Contexto Mundial: uma proposta de preservação dos interesses nacionais**. 45 f.

Monografia CPEM – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2007.

SUPERINTERESSANTE. **Os gringos querem a Amazônia?** Super Interessante, São Paulo, p.1-5, 2004. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/ideias/os-gringos-querem-a-amazonia/>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

TANNO, G. A. **Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, jan./jun. 2003, p. 47-80. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v25n1/v25n1a02.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2019.

UNODC. Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. [2000]. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpobrazil/pt/frontpage/2013/10/16-un-convention-against-organized-crime-celebrates-10years.html>> Acesso em: 26 maio 2019.

URT, João Nackle. PINHO, Alexandre Felipe. **Securitização e dessecuritização da Amazônia contemporânea**. Meridiano 47 n. 114, jan. 2010.

VESENTINI, José William. **Geografia do Brasil: Brasil Sociedade e Espaço**. 30a edição, São Paulo: Ed. Ática, 2001.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro. 2º trim./2002.

WAEVER, O. **Security, the Speech Act: analyzing the politics of a word**. Working Paper 19. Copenhagen: Center for Peace and Conflict Research, 1989.

WAEVER, O.; BUZAN, B.; WILDE, J. **Security: a new framework for analysis**. Lynne Rienner: London; Colorado, 1998.

WELLE, Deutsche. **Bolsonaro diz a Merkel que Brasil sofre com “psicose ambientalista”**. 2019. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-diz-a-merkel-que-brasil-sofre-com-psicose-ambientalista/a-49414290>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

XERÉM, Márcio da Mota: **As Atividades da Marinha na Amazônia: O Comando do 9º Distrito Naval e a defesa da Amazônia Ocidental**. 26 f. Monografia CEMOS – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2008.

ZENDIM, Osmar. **As questões ambientais e indígenas na Amazônia: ameaças à soberania nacional**. Rio de Janeiro, ECEME, 2004.

ZINKER, Daniel. **Um Olhar Estrangeiro sobre Segurança e Securitização na Amazônia**. Revista Política Hoje, Recife, v. 24, p.149-162, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3738/3040>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

ANEXO A

ILUSTRAÇÕES

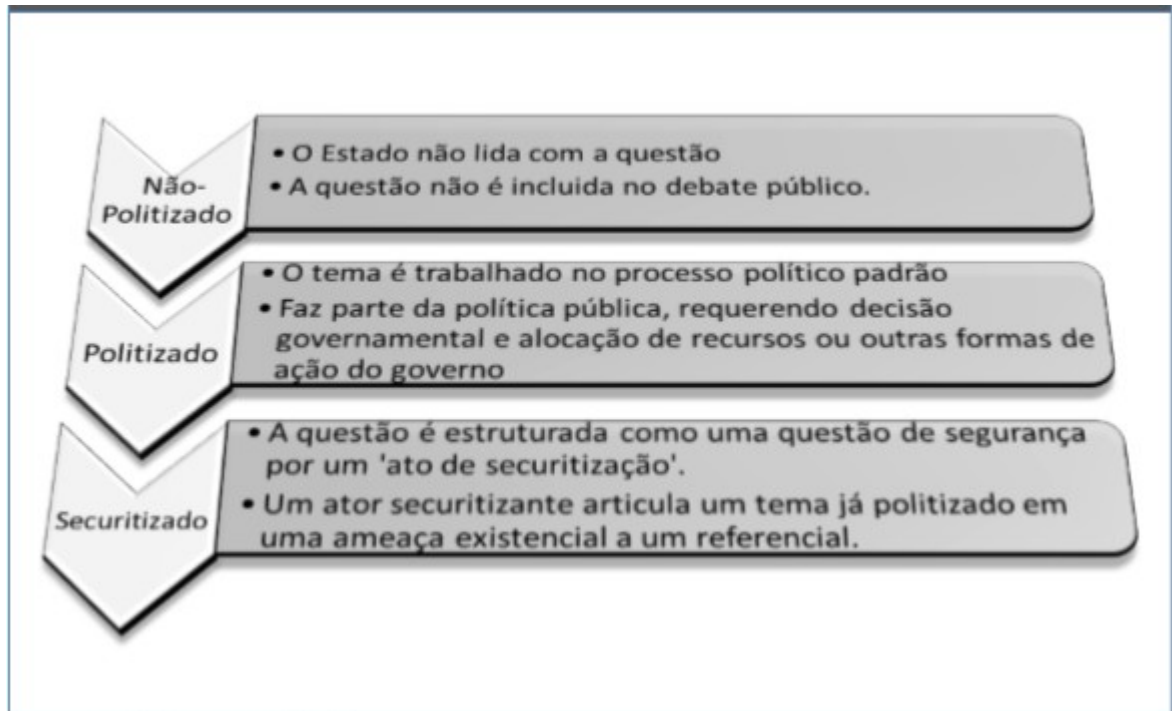


FIGURA 1 – Espectro da securitização
Fonte: EMMERS, Ralf (2010).

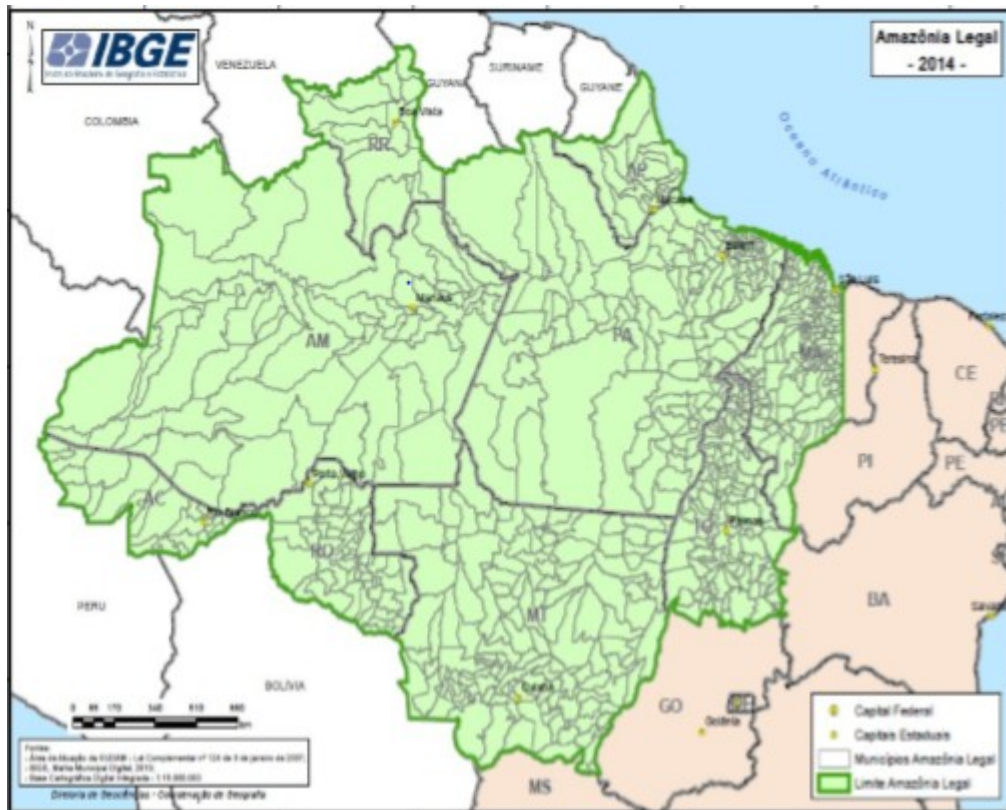


FIGURA 2 – Amazônia Legal
 Fonte: IBGE, 2014.



FIGURA 3 – Amazônia sul-americana

Fonte: <https://descomplica.com.br/blog/geografia/resumo-amazonia-brasileira/>
Acesso em: 15 jul. 2019.

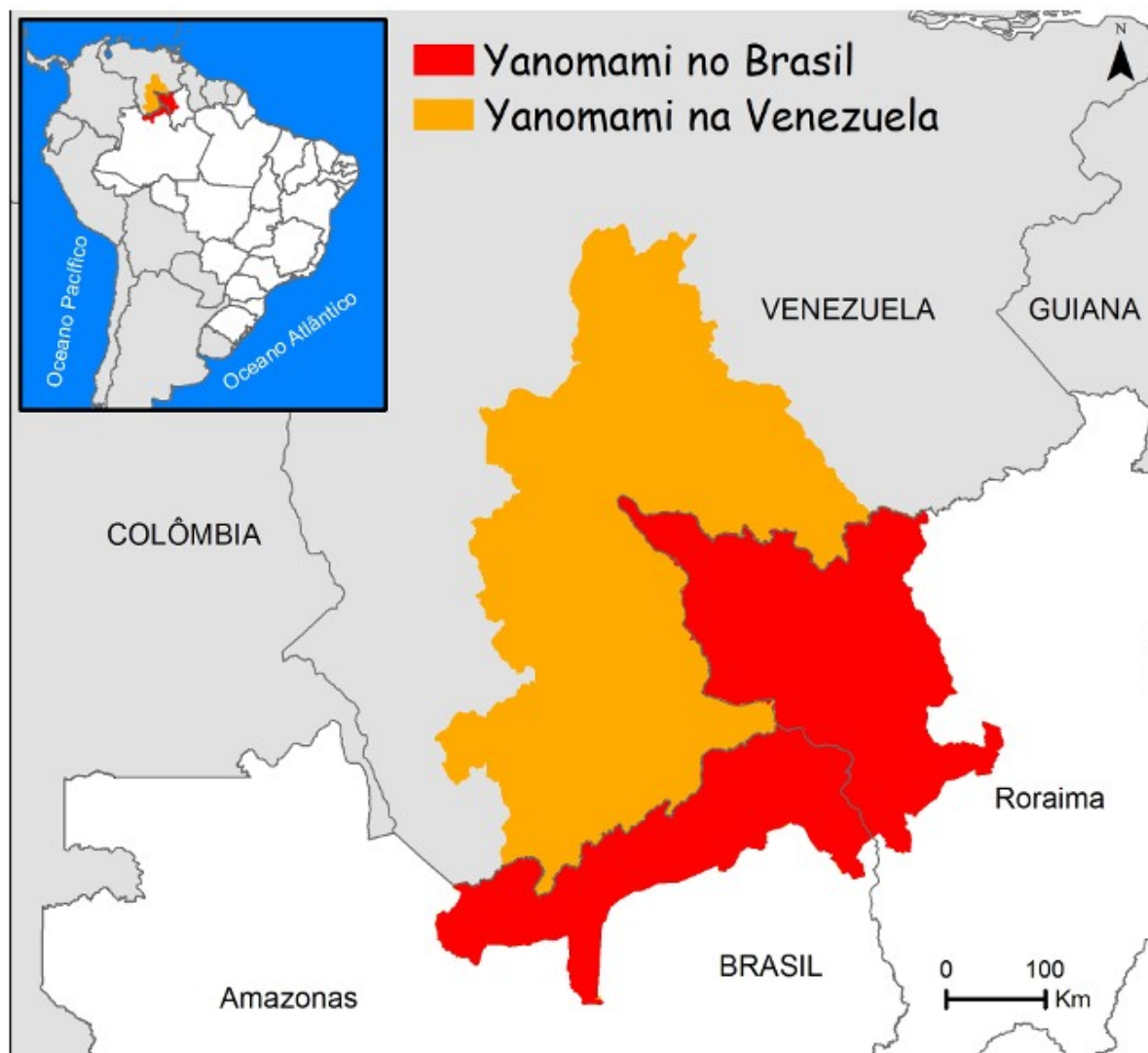


FIGURA 4 – Reserva Yanomâmi
Fonte: <https://mirim.org/terras-indigenas>
Acesso em: 15 jul. 2019.

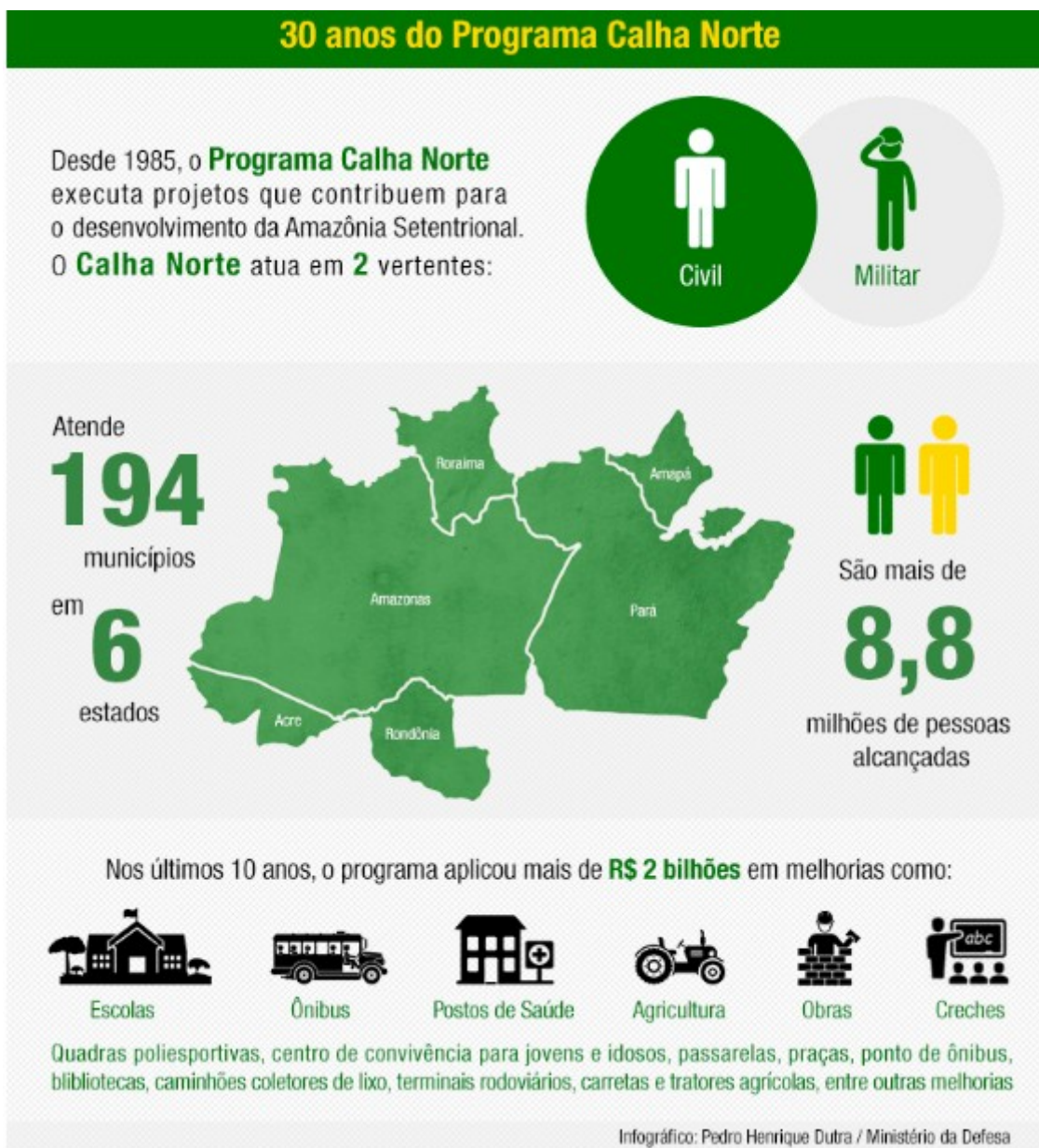


FIGURA 5 – Trinta anos do Programa Calha Norte

Fonte: <https://www.defesa.gov.br/noticias/17812-programa-calha-norte-comemora-30-anos-melhorando-a-vida-da-populacao-da-regiao-norte>

Acesso em: 25 jul. 2019.



FIGURA 6 – Transferência de Unidades Militares para o norte

Fonte: <https://www.montedo.com.br/2009/08/31/amazonia-presenca-militar-e-tema-de/>

acesso em: 20 jul. 2019.



FIGURA 7 – Unidades militares na fronteira norte

Fonte: <https://www.forte.jor.br/wp-content/uploads/2009/01/batalhoesdefronteira.jpg>

Acesso em: 20 jul. 2019.

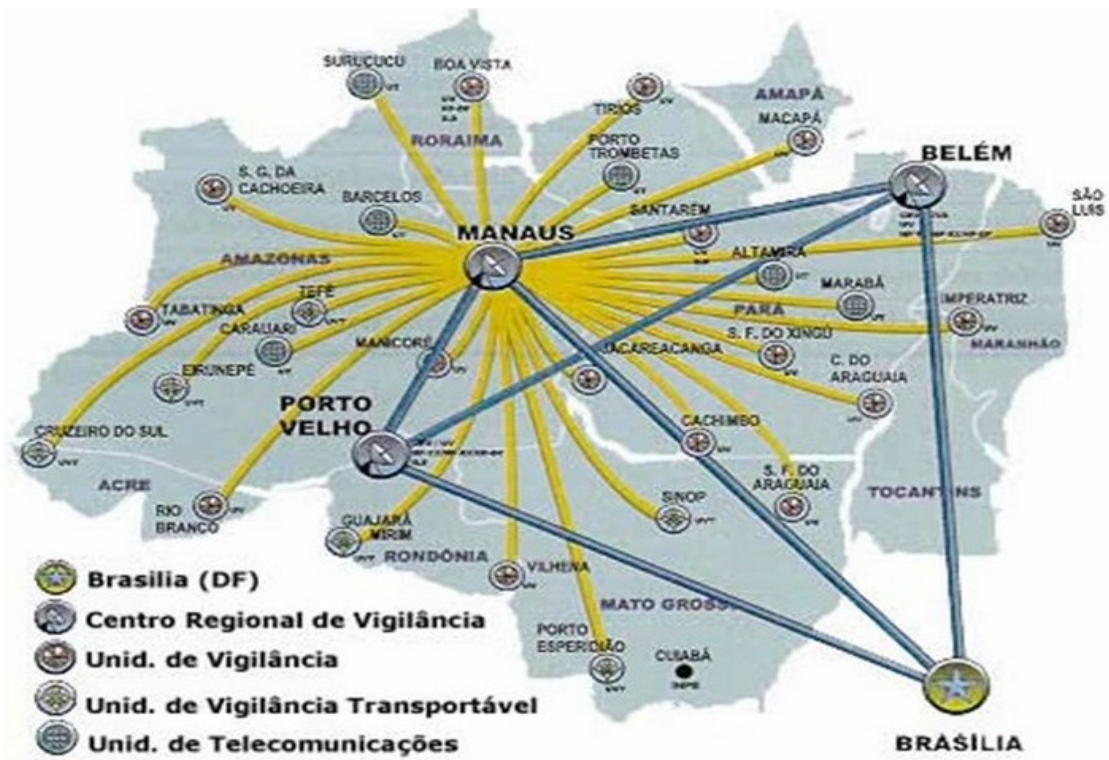


FIGURA 8 – Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM)

Fonte: <https://leomirabillis.blogspot.com/p/sivam-sistema-de-vigilancia-da-amazonia.html>
 Acesso em 25 jul. 2019.